



UNIVERSIDADE FEDERAL ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO

NATHALIA JOYCE DOS SANTOS SILVA
LAURA SHYRLENE DE MELO OLIVEIRA

**A INSTRUMENTALIDADE DO ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: Realidades e
desafios do estágio obrigatório na Instituição Pestalozzi em Maceió/AL**

MACEIÓ-AL

2023

NATHALIA JOYCE DOS SANTOS SILVA

LAURA SHYRLENE DE MELO OLIVEIRA

**A INSTRUMENTALIDADE DO ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: Realidades e
desafios do estágio obrigatório na Instituição Pestalozzi em Maceió/AL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção do grau de
bacharel no curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
Orientadora: Profa Dra Milena Gomes de
Medeiros.

MACEIÓ-AL

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586c Silva, Nathalia Joyce dos Santos.
A instrumentalidade do estágio curricular na formação profissional do serviço social na contemporaneidade : realidades e desafios do estágio obrigatório na Instituição Pestalozzi em Maceió/AL / Nathalia Joyce dos Santos Silva, Laura Shyrlene de Melo Oliveira. – 2023.
62 f.

Orientadora: Milena Gomes de Medeiros.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 59-62.

1. Estágio supervisionado. 2. Instrumentalidade. 3. Formação profissional. 4. Serviço social. I. Oliveira, Laura Shyrlene de Melo. II. Título.

CDU: 364.442.2:37

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por nos dar forças para continuar e persistir, quando o caminho mais fácil era também o mais atrativo.

Agradecemos aos nossos professores da Academia, em especial a nossa orientadora Milena Medeiros pela paciência e ensinamentos.

Aos nossos pais, pelo o apoio, vocês são nossos pontos fortes e um dos maiores motivos de nos fazer ir até o fim. Obrigada por sempre estarem ali dando o suporte e apoio às nossas escolhas, crescemos e nos tornamos quem somos hoje graças ao amor e carinho de vocês.

Aos amigos que fizemos durante a graduação, obrigada pelas dicas de textos e estudos em grupo, sempre levaremos vocês conosco, e esperamos reencontrá-los atuando na área em breve como profissionais trabalhando em equipe. Na individualidade não se encontra força, mas juntos somos uma corrente.

Aos amigos que acompanharam de fora, mas que, ao mesmo tempo, estavam dentro. Obrigada pelo apoio, incentivo e compreensão durante essa jornada. Vocês tornaram o processo mais leve.

Nunca pense que um pequeno grupo de indivíduos
altamente dedicados não pode mudar o mundo.
Na verdade, foram eles os únicos que já o fizeram.
Margaret Mead (s/a)

RESUMO

O presente trabalho discute a instrumentalidade do estágio curricular na formação profissional do Serviço Social na contemporaneidade e sua correlação com as realidades e desafios do estágio obrigatório, tomando como referência o estudo da prática do estágio curricular desenvolvido na instituição Pestalozzi, em Maceió/AL. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, de modo que se fez o uso de uma pesquisa bibliográfica, a partir de autores como Iamamoto (2009), Montañó (2015), Guerra (1995), dentre outros (as). Utilizou-se, ainda, de análise documental, por meio da consulta às diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/1996), além dos relatos de experiência de estágio realizados na Pestalozzi, que igualmente fazem parte do estudo. A partir de uma análise reflexiva e crítica dos conteúdos abordados, identificou-se que o processo da instrumentalidade do estágio curricular é parte fundamental na formação em Serviço Social, de modo que perpassa o entendimento imediato segundo o qual a instrumentalidade corresponde ao instrumental técnico, sendo voltada à consolidação das competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão ante as contínuas transformações societárias, marca do sistema capitalista vigente.

Palavras-chaves: Estágio curricular. Instrumentalidade. Formação profissional. Serviço Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ACB - Ação Católica Brasileira

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social

CER IV - Centro Especializado em Reabilitação de nível IV

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PNE - A Política Nacional de Estágio

ONGs - Organizações Não Governamentais

OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

OSCs - Organizações da Sociedade Civil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: Da gênese à contemporaneidade.....	8
2.1 A educação no Brasil e a formação profissional em Serviço Social.....	8
2.2 Mercado de trabalho: competências, demandas e projetos profissionais.....	22
2.3 Estágio Curricular e a realidade da formação no Brasil.....	27
3 A INSTRUMENTALIDADE DO ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	33
3.1 As inflexões das transformações societárias na formação e no mercado de trabalho do Serviço Social.....	33
3.2 As dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do estágio curricular em Serviço Social.....	36
3.3 A instrumentalidade do estágio curricular em Serviço Social frente às inflexões das transformações societárias.....	39
3.3.1 A instrumentalidade do estágio obrigatório: projetos e processos.....	42
4 O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO PESTALOZZI DE MACEIÓ/AL: Realidades e Desafios.....	45
4.1 O Serviço Social e o Terceiro Setor.....	45
4.2 Contexto histórico da instituição Pestalozzi em Maceió/AL.....	49
4.3 O estágio obrigatório curricular ofertado pela UFAL na Associação Pestalozzi de Maceió: Realidade e Desafios.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
BIBLIOGRAFIA.....	59

1 INTRODUÇÃO

Todo graduando, independente do curso, conta com a experiência do estágio na sua formação profissional, visto que é o primeiro contato do discente com o mercado de trabalho. Quando falamos do Serviço Social isso é ainda mais pertinente, uma vez que os alunos, durante o processo de aprendizagem, tendem a questionar como é o curso na prática e como irão aplicar os conhecimentos aprendidos na sala de aula.

Nesse sentido, destacamos o estágio curricular obrigatório como meio fundamental para substanciar o dilema entre teoria e prática, de modo que seja compreendido que se trata de um complemento (e não uma dicotomia), afinal, é durante a graduação que desenvolvemos nosso senso crítico e analítico, direcionando essa bagagem para intervir de forma qualificada na realidade social em resposta às expressões da questão social.

Ainda nessa direção, a motivação para este trabalho se deu com a nossa experiência no campo de estágio obrigatório, no âmbito do terceiro setor, o qual se consolida em um período de contrarreforma do Estado, quando o capital passa a exigir deste a diminuição de sua intervenção, se opondo a configuração do Welfare State, com o objetivo de reconfigurar o capitalismo mundial rumo ao neoliberalismo. Por se tratar de uma esfera vinculada às organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público, é naturalmente um desafio para aqueles que estão em processo de formação no Serviço Social, visto que ainda estão compreendendo a ligação da identidade profissional ao seu projeto profissional relacionado ao atual projeto ético-político. Além disso, reforça a possibilidade da atuação profissional num novo campo de trabalho, fruto das transformações societárias, mas que deve ser feito com o viés crítico e interventivo.

Mediante aspectos metodológicos, o estudo proposto desenvolveu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica com base em autores como Montañó (2015), Martinelli (1989), Netto (2009), Mota (2014), entre outros, além da utilização de artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado, documentos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e outros que fazem referência à temática. Este estudo, a exemplo de todas as pesquisas, tem uma base documental, contudo, sua natureza é predominantemente qualitativa, dado que parte da análise da realidade/objeto de estudo, ou seja, segundo (Minayo, 2014), ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Destarte, o trabalho está estruturado em quatro capítulos cujos conteúdos se expressam da seguinte forma:

Na introdução, considerado primeiro capítulo, apresentou-se o objeto de estudo, a premissa de trabalho, a estrutura do trabalho monográfico, a problemática e a metodologia da pesquisa.

No segundo capítulo, discutimos a educação no Brasil e sua relação com a formação profissional do Assistente Social, além das influências primárias que a atividade recebeu, principalmente a norte-americana e a franco-belga. Ademais, situamos em qual contexto histórico se encontrava o país, e como o Estado também respondeu a questão social envolvendo a ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais, ainda que numa cultura paternalista. Neste capítulo também frisamos a consolidação do estágio curricular no âmbito da realidade brasileira e sua contribuição nesse processo de formação dos assistentes sociais.

No terceiro capítulo explanamos as transformações societárias na contemporaneidade e como dialogam com as metamorfoses do mercado de trabalho do Serviço Social, ressaltando a importância das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas no contexto de contínuas tentativas de desmonte da perspectiva crítica que tem conseguido consolidação, principalmente após o estabelecimento das diretrizes curriculares.

No quarto capítulo discorremos sobre a instrumentalidade no estágio curricular obrigatório no Centro Especializado de Reabilitação de nível IV - CER IV da Pestalozzi de Maceió e nossa vivência nesse campo. O CER IV é considerado a primeira instituição de nível IV no estado, pois se reabilita no âmbito auditivo, visual, físico e intelectual, tornando-se assim um campo abrangente e com uma alta demanda. Além da instrumentalidade, também citamos a diversidade dos instrumentos técnicos operativos, presentes na instituição, apropriados pelo Serviço Social e ressaltamos a importância do processo de aprendizagem durante a graduação, de modo que nosso projeto de intervenção foi fruto da interlocução entre a teoria e a prática, possibilitando a aproximação necessária entre esses dois assuntos, que resultou em Guia de Orientações aos estagiários sobre a prática do Serviço Social na Pestalozzi”, que denominamos de Livroto para estagiárias(os): Desvendando a instrumentalidade do Serviço Social no Centro Especializado em Reabilitação-CER IV, no qual elucidamos os diversos instrumentos utilizados na instituição por meio da ótica apreendida na Academia.

2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: Da gênese à contemporaneidade

2.1 A educação no Brasil e a formação profissional em Serviço Social

O Serviço Social no Brasil foi institucionalizado nos idos de 1930 (do século passado) e precisa ser compreendido a partir do contexto em que esteve inserido, pois se tornou produto do sistema capitalista monopolista¹. Com a mudança das sociedades, há quem defenda que a profissão se redefine e busca se adaptar para responder às expressões da questão social², de forma que conceituar essa ocupação sem apresentar os quadros macroscópicos presentes no sistema vigente torna a definição incompleta. Nesse sentido, nosso foco é discorrer acerca das peculiaridades da profissão no contexto brasileiro, desde a natureza à formação, a começar pelo panorama da educação superior no país.

Para compreender a reconfiguração da educação superior no Brasil se faz necessário resgatar o processo histórico da política de educação no território nacional. Nesse aspecto, identificamos a passagem do período republicano de 1990 em diante, a começar pela escola republicana (1889 a 1930). A educação não era universal devido às formas produtivas extrativistas e obsoletas não exigirem uma massa trabalhadora qualificada. Em seguida, tivemos a escola populista e corporativa (1930 a 1990), que passou a democratizar o acesso da força de trabalho à educação, contudo desprovida de um ensino qualificado. Por fim, tivemos escola do final do século XX (1990), cuja educação se deu no contexto do neoliberalismo³.

Diante desse contexto, iremos destacar o período de 1930 a 1990, marcado pelo início do diálogo entre Serviço Social e Educação que, embora tenha iniciado na década de 1930, como ressaltado anteriormente, foi somente a partir da década de 1990 que houve a implantação de

¹ Monopolista é a fase do capitalismo em curso próxima do fim do século XIX e que atinge a sua maturidade depois da Segunda Guerra Mundial. Segundo Netto, nessa fase o capitalismo “recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.” (Netto, 2016, p.15)

² Netto (1989) destaca a questão social como um complexo de processos inseparável do capitalismo. De forma mais direta, Carvalho e Yamamoto (2008) discorrem acerca da sua manifestação no cotidiano da vida social, no qual a questão social apresenta contradição entre o proletariado e a burguesia, onde essa última passa a exigir outros tipos de intervenção além da caridade e repressão.

³ Diferente do padrão democrático, o padrão neoliberal de política social “[...] fundamenta-se na lógica do receituário neoliberal proposto pelo Consenso de Washington – pautado na estabilização monetária, abertura comercial e privatização – e nos preceitos de um “social-liberalismo” que não se distingue concretamente das experiências neoliberais de redução do Estado na área social. Configura-se contrário ao padrão democrático. Essa orientação política tem tido adesão de grande parte da sociedade e de quase todos os órgãos da mídia” (SOUZA FILHO, 2011, p.172).

políticas sociais, que possibilitou conquistas no campo da educação para o Serviço Social e a ampliação da demanda de exigência desses profissionais.

Durante o período em que ocorreram os marcos iniciais do Serviço Social no Brasil em 1936, a educação brasileira estava passando por um processo de democratização, com esforços para ampliar as oportunidades de acesso à escola em todos os níveis de ensino. No entanto, esse momento também foi marcado por uma forte repressão do Estado ao movimento proletário que estava se organizando.

No campo político, de acordo com Dentz e Silva (2015), havia pressões sociais significativas por melhorias na educação pública e na formação dos trabalhadores. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, foi um marco importante nesse contexto. Esse manifesto defendia a educação obrigatória, pública, gratuita e laica como um dever do Estado, a ser implementada em um programa nacional.

Apesar das demandas e propostas de reforma educacional, a educação não era colocada como prioridade na visão dominante da época. Havia uma perspectiva de que os trabalhadores agrícolas não necessitavam nem mesmo serem alfabetizados para exercerem suas atividades laborais. Essa concepção refletia a falta de valorização da educação como um direito universal e essencial para o desenvolvimento social e individual.

Ainda segundo Dentz e Silva (2015), a Constituição de 1934 orientava para a centralização das questões de ensino, em que o governo central deveria fixar um Plano Nacional de Educação (art. 150), criando Conselhos Nacionais e Estaduais de Educação (art. 152), de modo que essa constituição sinalizou um caminho para uma política nacional de educação, traçando diretrizes de ensino.

Outro marco foi em 1953, durante o segundo mandato de Getúlio Vargas, houve uma separação entre as ações da Educação e da Saúde. A Lei n. 1.920 estabeleceu especificidade ao Ministério da Educação e Cultura, destacando a importância desse setor e reconhecendo sua autonomia. Já durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, houve um debate significativo sobre a educação brasileira, especialmente em relação à Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Esse debate foi precedido pelo Manifesto de 1959, que aborda questões gerais relacionadas

às políticas de escolarização. O professor Florestan Fernandes⁴, juntamente com outros educadores, desempenhou um papel importante na promoção dessas discussões em todo o Brasil.

No entanto, é verdade que tanto a LDB de 1961 quanto a de 1971 não trouxeram mudanças radicais para a realidade educacional brasileira. Embora tenham sido estabelecidos alguns avanços e diretrizes, muitos desafios e desigualdades persistiram, e a qualidade da educação no país ainda não atingiu níveis ideais. Inclusive, ao examinar a política de educação básica e superior entre 1968 e 1978, percebe-se que as reformas exigidas pela ditadura militar (a universitária em 1968 e do 1º e 2º graus em 1971) mostram que a educação assumiu o papel de formar recursos humanos para o mercado de trabalho.

Ainda nesse período entre 1960 e 1970, a formação profissional do Serviço Social foi se adequando para atender às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64, dotando a profissão de um cariz tecnocrático, inserindo-a numa moldura teórica e metodológica exigida pela racionalidade burocrática das reformas promovidas pelo Estado ditatorial (NETTO, 2009). Na conjuntura do final de 1960, estendendo-se nas décadas subsequentes, a profissão foi objeto de análise e reflexão, explicitando seu vínculo com a proposta desenvolvimentista e problematizando seu referencial teórico-metodológico. Assim, em fins da década de 1970 e início da de 1980, a formação profissional do assistente social passou a ser questionada, iniciando um ciclo de debates sobre a questão.

Esse período representou um marco histórico significativo para o Serviço Social brasileiro, uma vez que explicita a construção de um processo de “revisão profissional”, tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional, entrelaçado à conjuntura socioeconômica e política brasileira, que incide, diretamente, nos processos organizativos e formativos dos assistentes sociais, no contexto de Ditadura Militar.

A reconfiguração na interface entre Educação e Serviço Social na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990 refere-se às mudanças significativas que ocorreram nesses campos devido ao processo de democratização que se intensificou no Brasil a partir de 1985. Com o fim do regime militar e a transição para um governo democrático, houve uma abertura para a participação popular, o que resultou em debates, pressões e movimentos sociais que buscavam ampliar os direitos sociais e promover a justiça social.

⁴ Florestan Fernandes (1920-1995) foi um sociólogo, professor universitário, colunista e deputado brasileiro. Com a chegada da ditadura militar em 1964 e posteriormente do AI-5, ele é aposentado compulsoriamente da USP. Desta maneira, vai para o Canadá e os Estados Unidos lecionar em distintas universidades como Columbia, Yale e Toronto. Ao voltar para o Brasil, participou ativamente da reabertura política apoiando movimentos como as Diretas Já. Em 1986, através do Partido dos Trabalhadores (PT), seria eleito como deputado federal. Isto lhe deu a oportunidade de tomar parte da Comissão de Educação que ajudou a elaborar a Constituição de 1988, auxiliando a escrever a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Essas transformações foram refletidas na Constituição Federal de 1988 que estabeleceu uma série de avanços nas áreas da Educação e do Serviço Social. No texto constitucional, essas áreas passaram a fazer parte da "Ordem Social" (Título VIII), que tinha como base o primado do trabalho e o objetivo de promover o bem-estar e a justiça social. A partir do novo ordenamento jurídico, a Assistência Social se figura como integrante da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência (art. 194), sendo prestada "a quem dela necessitar".

No que tange à Educação, a Constituição reconhece como um "direito de todos e dever do Estado e da família" (art. 205). Isso significa que o Estado tem a responsabilidade de garantir a educação como um direito fundamental e que a família também tem um papel importante nesse processo. Além disso, a Constituição traz princípios gerais para o ensino (art. 206) e estabelece outros aspectos relacionados à Educação.

A Constituinte de 1988 aprovou a Constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã (Carvalho, 2001). Mesmo com tal conquista, em aspectos democráticos, não se pode dizer que havia uma estabilidade, haja vista persistirem problemas econômicos sérios, como as desigualdades e o desemprego. Essa mescla de esperança e incertezas pode ser visualizada nos dados do relatório do Banco Mundial de 1989, em que o Brasil aparece como o país mais desigual do mundo. Mesmo tendo diminuído o número de analfabetos, havia em 1990 cerca de 30 milhões de brasileiros de cinco anos de idade ou mais que eram analfabetos, o que insere a nova Constituição em um patamar de programática, dado que a realidade divergiam profundamente das avançadas normas que asseguravam direitos e garantias.

Ainda na década de 1990, observamos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sob nº 9.394, de 1996, a introdução de alterações na política educacional brasileira, com foco na produtividade, competitividade, rentabilidade e flexibilização por meio de uma formação aligeirada (cursos à distância, sequenciais e tecnológicos) a serviço do mercado. Nesse processo histórico da política educacional brasileira, ressalta-se a ação combinada entre a desresponsabilização do Estado e a ação dos organismos transnacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobretudo o Banco Mundial) que ao elegerem essa política assumem todo o processo da sua materialização com vultoso retorno financeiro.

Desse modo, as alterações sofridas no desenvolvimento da política educacional brasileira permitiram configurações a partir das transformações societárias mundialmente estabelecidas e de determinantes econômicos, políticos, ideológicos e culturais particulares da formação social brasileira.

Embora houvesse um período marcado por altos e baixos, temos nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social um processo de consolidação das diretrizes de 1996, oriundo dos debates do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, e da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982, nos quais se podem pensar os marcos do projeto de profissão, no que tange à formação profissional.

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apontaram para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade”, considerando a apreensão das particularidades da Constituição, do desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira; além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Nesta nova lógica, as matérias se desdobram em diferentes componentes curriculares, que ganham forma didático-pedagógica diferenciadas como: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e dentre outros; além das atividades integradoras do currículo: o estágio supervisionado, que agora é formalizado em 15% da carga horária total do curso e o trabalho de conclusão de curso.

Essa lógica curricular se expressa de forma inovadora ao romper com a fragmentação do processo de ensino aprendizagem, e lança um “desafio político e uma exigência ética” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63) na direção do projeto profissional que se reafirma com essas diretrizes, aprovadas em 08 de novembro de 1996. Posteriormente, em 20 de dezembro do mesmo ano, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), uma clara expressão da agenda neoliberal de desmonte e flexibilização da educação brasileira e, em especial, da educação superior.

Em uma conjuntura de avanço neoliberal no marco da reestruturação produtiva, das expressões de contrarreforma do Estado que impactam em metas privatistas, é que a ABEPSS terá novos desafios para implantação da proposta curricular de 1996. Segundo Iamamoto (2012, p. 43, grifos da autora), essas alterações comprometem o projeto original, como por exemplo, “o perfil de bacharel em Serviço Social onde constava ‘profissional comprometido com os princípios e valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, que foi retirado e substituído por ‘utilização de recursos da informática’”, entre outros elementos.

Nessa direção, compreende-se que a defesa das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é um compromisso na defesa do projeto ético político e motivo de orgulho da categoria profissional, resultado da resistência frente ao contexto neoliberal que continua em ascensão até os dias atuais.

Além do panorama da educação superior no Brasil, é válido frisar as duas teses que permeiam o surgimento e institucionalização do Serviço Social, de modo que interferem diretamente no rumo da formação profissional. A primeira delas, a visão endogenista, compreende uma apresentação imediata de respostas às expressões da questão social. Segundo Montañó (2015), essa perspectiva sustenta que a origem do Serviço Social é fruto de um processo de evolução, organização e profissionalização das antigas formas de ajuda, da caridade e da filantropia, que se encontra ligada à questão social. Alguns teóricos do Serviço Social como Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira e José Lucena Dantas defendem essa tese.

O autor apresenta a perspectiva endogenista como uma visão com aspectos particularistas e focalistas, pois aponta o surgimento da profissão junto às atividades e ações de sujeitos particulares, como se fosse resultado de opções pessoais e não do sistema capitalista. A história da própria sociedade é vista apenas como uma ‘crônica’ que segue concomitantemente ao desenvolvimento do Serviço Social, mas sem nele influenciar precisamente e diretamente, assim como este também desenvolve e evolui sem ser influenciado, e muito menos criado a partir da conjuntura sócio-econômica e histórico-social que nele deveria se impor.

Montañó (2015) também ressalta que os autores desta tese não se preocupam em compreender o surgimento do Serviço Social atrelado à realidade social, política e econômica, o que classifica a tese como incompleta, pois despreza todas as influências conjunturais, desde sua criação até a sua profissionalização. Prova disso é o que um dos seus defensores aponta:

“O serviço social só foi conhecido com este nome no século XX. Mas o fato ou o ato de ajudar o próximo, corrigir ou prevenir os males sociais, levar os homens a construir seu próprio bem-estar, existe desde o aparecimento dos seres humanos sobre a terra” (apud MONTAÑO, 2015, p. 25).

Em contraste a essa tese temos a perspectiva histórico-crítica que entende o Serviço Social como resultado da síntese dos projetos político-econômicos, operando no desenvolvimento econômico e reproduzindo-se, de maneira material e ideológica, a partir de estratégias da classe hegemônica, pertencente ao contexto do capitalismo monopolista, em que o Estado toma para si a responsabilidade das inconsistências inseridas na compreensão da ‘questão social’. Os principais aliados desta tese são Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli e José Paulo Netto, dentre outros. Todos eles entendem que o Assistente Social desempenha um papel de cunho político, e que a caracterização desse profissional é a sua posição no contexto em que se insere. Uma das colocações de Manuel Manrique Castro, citada por Montañó, exemplifica isso:

Diversas modalidades de ação social passaram a sofrer alterações substanciais; mudada a perspectiva de uma função, reservam-se para elas – e este é o caso do serviço social - certas

tarefas que requisitavam níveis especiais de preparação (...) as formas de ação social não emergem ou sucumbem segundo a vontade dos seus agentes; ao contrário, são objetivações da situação social prevalecente, expressando, à sua maneira, as características das sociedades onde articulam novas relações de produção (apud MONTAÑO, 2015, p. 34-35).

Esta tese se diferencia da anterior pela sua perspectiva totalizante, que enxerga a profissão como resultado da síntese de projetos enfrentados e da estratégia da classe hegemônica em um contexto de capitalismo monopolista. Os profissionais são vistos como sujeitos sociais coletivos, determinados historicamente e inseridos em uma conjuntura específica, enquanto a luta de classes é vista como um marco fundamental. É justamente nesse cenário de conflitos que surgem novas discussões sobre direitos civis, políticos e sociais, favorecendo a institucionalização das políticas sociais. Em resumo, ela apresenta uma visão abrangente e aprofundada da profissão e do seu contexto histórico-social.

Diante desse quadro, e com a perspectiva histórico-crítica como aliada, é possível compreender como se deu a gênese do Serviço Social no Brasil, a começar com a descrição do contexto político, econômico e social do país. Todavia, vale frisar que a visão histórico-crítica será utilizada no desenvolvimento deste trabalho, não tendo sido, contudo, a perspectiva que, a princípio, fez parte do Serviço Social, uma vez que o surgimento da profissão em solo brasileiro foi aliado a perspectiva positivista e funcionalista.

Com o avanço do capitalismo monopolista⁵ no início do século XX — cujo surgimento ocorreu a partir de 1870, e que tinha como principal objetivo a venda de produtos exclusivos, sem concorrência, com um grande valor no mercado, resultando na concentração ainda mais do acúmulo do capital —, a desigualdade econômica e social foi agravada, o que gerou uma tensão entre a classe trabalhadora e o Estado, defensor dos interesses da elite dominante.

Esse contexto levou à emergência de diversas manifestações da questão social, em que o Estado se viu pressionado a atuar nas diferentes manifestações da questão social para buscar “controlar” a classe operária. Além disso, a Igreja Católica, enquanto instituição, fez parte desse cenário, pois buscou resgatar uma parcela do seu prestígio e influência na sociedade, o que contribuiu com o nascimento do Serviço Social no Brasil vinculado ao movimento católico leigo.

Foi por meio da Encíclica Papal “Rerum Novarum”, do Papa Leão XIII, de 1891, a primeira Encíclica Social já escrita por um Papa, que foi estabelecido um posicionamento da Igreja frente aos graves problemas sociais que dominavam as sociedades europeias. Os assistentes sociais nesse

⁵ “No processo de desenvolvimento capitalista é que são criadas as condições reais para o surgimento do capitalismo monopolista. Nessa fase, torna-se indispensável a intervenção do Estado na economia como meio de abrandar a estagnação e sua intervenção na questão social, tornando-se uma instância cuja função engloba os julgamentos diante dos conflitos gerados nas relações de trabalho.” (BISPO, 2009, p.4).

contexto estavam desorientados frente à complexidade dos problemas existentes, além de teoricamente fragilizados em consequência de sua formação precária, o que os fez assumir o documento e os ensinamentos ali contidos como base fundamental de seu trabalho.

Já no Brasil, o Serviço Social foi criado em 1936, a partir das iniciativas dos grandes líderes da Igreja Católica no país, inspirados na Doutrina Social da Igreja, que agora contava com uma nova Encíclica Social, a *Quadragesimo Anno*, redigida pelo Papa Pio XI e publicada no dia 15 de maio de 1931, em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum*. Concebida no seio da prática da "Ação Social Católica", a profissão cresceu em solo brasileiro sob a liderança da Igreja e, até o início dos anos 1960, recebeu a influência direta e decisiva da sua "Doutrina Social", que passou a ser um departamento especializado da Ação Social.

No entanto, a influência conservadora que direcionou o Serviço Social no Brasil veio da União Europeia, pois atravessou a Alemanha e a Bélgica e ficou conhecida como influência franco-belga, contribuindo com o pressuposto filosófico da profissão. As técnicas de atuação, por seu turno, vieram de metodologias dos Estados Unidos. Tal sincretismo ideológico entre a influência franco-belga e a norte-americana foi o caldo cultural que Netto (2011) denomina como atuações radicalmente diferentes que se encontram. O autor aponta o sincretismo também como “baixa qualificação teórico-técnica ou uma idiosincrasia ideológica dos protagonistas deste momento histórico da afirmação profissional” (p.118).

O modelo franco-belga limitou-se, portanto, a uma formação essencialmente pessoal e moral, sendo, nesse período, o Serviço Social assumido como uma vocação, e a formação moral e doutrinária, enquanto cerne da formação profissional visou, sobretudo, formar o assistente social para enfrentar, com objetividade, a realidade social (Silva, 1995, p. 40).

É válido recordar que o governo em vigência nesta época, na década de 1930, era de Getúlio Vargas. O contexto histórico brasileiro, a partir da tomada de poder com o golpe militar de Vargas, é expresso da seguinte forma por Iamamoto: “A violência que caracterizava o Estado Novo, a tentativa de superação da luta de classes através da repressão e tortura, não podem esconder a outra face de sua postura, que se traduz na influência de sua política de massas” (IAMAMOTO, 1985, p.243).

Neste sentido, conforme Silva (2007), a estrutura corporativa do Estado Novo, visando sua legitimação, incorpora de alguma forma reivindicações populares, o qual instituiu direitos trabalhistas pelo viés corporativo, com claro intuito de reprimir a classe trabalhadora. Até hoje é perceptível a herança cultural da era Varguista (1930 a 1945), que ficou conhecido como “pai dos pobres”, governou o país de forma ditatorial e populista e reconheceu a questão social (antes tratada como caso de polícia) como estratégia de controle social e ideológico. Também foi responsável por

criar o Ministério do Trabalho para controlar os sindicatos vinculados ao Estado, conhecidos como “sindicato pelego”. É neste governo que se consolida a ideia do favor do Estado protetor, paternalista, que ainda hoje permanece no ideário popular brasileiro e norteia as relações sociais estabelecidas, reforçando a ideia de submissão da população ao Estado.

Foi com esse plano de fundo que a profissão desenvolveu sua atuação. Ainda nesse período, tivemos o reconhecimento público da "questão social" que é atrelado diretamente "à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.125), no qual foi reconhecida no governo Vargas como dito no parágrafo anterior. Com o amadurecimento dos centros urbanos, o capital se liberta do custo da reprodução da força de trabalho, o que retrata essa força como mercadoria, no qual Iamamoto e Carvalho (2009) também retratam bem esse recorte.

A manutenção e reprodução, por meio do salário, está a cargo do próprio operário e de sua família. Este tem diante de si, como proprietário, não um senhor em particular, mas uma classe de capitalistas, à qual vende sua força de trabalho. Sua sobrevivência se vincula ao mercado de trabalho dominado pelo capital e, apesar do caráter aparentemente individual dessa vinculação, é aqui que aparece ainda mais clareamento seu conteúdo social. [...] A exploração abusiva a que é submetido - afetando sua capacidade vital - e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça aos seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõem-se, a partir daí, a necessidade de controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, P.125-126).

Diante desses dois processos relacionados entre si, foram criadas as condições sócio históricas necessárias para que a profissão consolidasse sua trajetória em solo brasileiro. O primeiro, já citado, trata-se da influência da Igreja Católica por meio do fortalecimento da Ação Católica Brasileira (ACB), a partir do desenvolvimento do Movimento Católico Laico, que visava uma reforma social com propósito de reconstrução da sociedade. Já o segundo processo, diz respeito ao redimensionamento do Estado brasileiro, adotado para haver relação direta entre as funções políticas estatais desempenhadas junto ao âmbito econômico.

O movimento político ocorrido no Brasil em 1930 – conhecido como Revolução de 30 – inaugura um período de intervenção social da Igreja nunca antes visto. A partir da queda da República Velha, a Igreja busca uma reaproximação com o Estado. No ano de 1931, duas grandes demonstrações de força são engendradas pela hierarquia Católica na cidade do Rio de Janeiro – àquela época, Capital da República –, por meio destas ações tentará fazer com que o novo regime entenda a sua indispensabilidade, estipulando, também, o preço de seu apoio (MOREIRA, 2020, p.33).

Todavia, não foram isolados que esses eventos estabeleceram a conjunção necessária para chegada do Serviço Social. A partir da articulação entre Estado e Igreja, como poderes organizados,

junto à classe industrial, iniciava-se as "estratégias com força disciplinadora e desmobilizadora do movimento do proletariado" (MARTINELLI, 1989, p.122). Para a autora em tela,

[...] O Estado que despontou na República Nova foi uma "entidade global mítica" acima das classes, mas considerando-se legítimo defensor de seus interesses e se auto atribuindo a missão de resgatar o clima de "harmonia social". Como estratégia para baixar a tensão reinante entre os trabalhadores, trouxe para si próprio a responsabilidade de cuidar da reprodução de sua força de trabalho (MARTINELLI, 1989, p.122).

Martinelli (1989) descreve ainda que o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) é o evento que marcou o primeiro passo da caminhada do Serviço Social, já que a Igreja Católica foi uma das organizações cotadas para estabelecimento de alianças ao enfrentamento dos "conflitos sociais". Na sua opinião, o CEAS foi uma condensação da carência notável por setores da Ação Social e Ação Católica, com o objetivo "de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.168), e proporcionar a formação aos seus integrantes de caráter técnico especializado - oferecendo formação técnica para a ação social católica, através de cursos de tricô e trabalhos manuais, e de conferências e aconselhamento sobre higiene, além da difusão da doutrina social da Igreja.

O CEAS surge em 1932, mas somente em 1936 é fundada através dele a primeira Escola de Serviço Social do Brasil. Todavia, a Escola não é fruto, exclusivamente, do Movimento Católico Laico, pois o governo do Estado de São Paulo estava buscando racionalizar a assistência com o reforço da participação, por meio da regulação de iniciativas privativas que visavam futuros convênios. Do mesmo modo que havia regulamentação e incentivo às demandas sociais vigentes, a transformação gradativa de tais demandas estava sendo institucionalizada, em profissão legitimada, dentro da divisão social-técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), a primeira Escola de Serviço Social atravessará processos de adequação que vão consistir primeiramente, em 1939, no convênio entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado para a organização de Centros Familiares. Uma marca disso será a introdução de um Curso Intensivo de Formação Familiar no currículo da Escola, que consiste na pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos. Já a segunda adequação será correspondente à demanda das prefeituras do interior do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Na Escola do Rio de Janeiro (1937) será visto uma forma mais variada de iniciativas, onde surgirá a formação técnica especializada para a prática da assistência e envolverá o empresariado e o Estado de forma mais ativa. A ideia de apostolado social ainda estará presente, mas de forma mais sutil e com o propósito de profissionalizá-lo, pois haverá "necessidade de colaboradores para as

obras particulares e se prevê a demanda de pessoal permanente para as instituições oficiais e patronais" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.184).

No mesmo ano (1937), foi instaurado o Estado Novo, a terceira e última fase da Era Vargas, marcada pela implementação de um regime ditatorial, influenciado pelo modelo nazifacista europeu que estava em vigência na época. Foi nesse contexto que "o Estado assumiu uma postura mais contundente no processo de desenvolvimento da economia brasileira" (FONSECA, 2012, p. 37), pois de um lado estimulava a acumulação capitalista com a substituição das importações⁶ e o fortalecimento da industrialização. Por outro lado, reduzia salários, limitava as manifestações da classe trabalhadora e agrava as (já) péssimas condições de trabalho.

Nesse período, as políticas sociais foram pensadas para atender às necessidades de modernização e industrialização do país. Para Fonseca (2012):

[e] O tratamento do Estado varguista à questão social envolvia a presença da Igreja Católica, numa aliança de combate às influências das ideias comunistas no país. Esta aliança foi de fundamental importância na criação de uma demanda por mão de obra especializada, para a intervenção nos problemas sociais. Assim, o Serviço Social se institucionaliza e se legitima como um dos recursos utilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o apoio da Igreja Católica, para fazer frente ao agravamento da questão social (FONSECA, 2012, p. 38).

Nesse contexto, durante a década de 1940, surgem diversas escolas de Serviço Social nas capitais dos Estados. A maioria será formada através da influência das escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro, direcionadas por ex-alunas dessas escolas e sob o regime de bolsas de estudo. Embora a implantação obedeça a um processo semelhante ao de suas antecessoras, essas contarão com um componente novo: o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Todavia, até 1947, Iamamoto e Carvalho (2009) afirmam que os dados disponíveis mostram que essas escolas ainda estavam em estado embrionário, tendo somente a de Pernambuco alcançado a formação de sua primeira turma, diplomada. Por um longo período, a existência de Assistentes Sociais diplomados foi uma realidade apenas do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas ainda com um número pouco significativo. Até o fim da década de 1940, no total, o número de diplomados foi pouco superior a 300, concentrando-se também no Distrito Federal.

Entre os anos de 1940, até meados da década 1960, houve um momento de considerável crescimento econômico no Brasil com uma forte presença de capital internacional, entendido como necessário para o desenvolvimento nacional. Todavia, o que se observa é a construção de uma

⁶ Durante esse período, o Brasil envolveu-se com a Segunda Guerra Mundial, e isso mudou o panorama político do nosso país. O apoio que a ditadura varguista tinha nas elites políticas e econômicas enfraqueceu-se, e a posição de Vargas começou a ser questionada. Vargas procurou realizar reformas políticas, mas foi obrigado pelos militares a renunciar ao governo no final de 1945.

indústria no Brasil e não uma indústria brasileira, pois surge uma economia urbano-industrial que evidencia a necessidade de entidades assistenciais para atender às demandas e conter as lutas sociais. Nesse mesmo período, a profissionalização demandada pelo novo e crescente mercado de trabalho propunha ao Assistente Social uma formação que acompanhasse esse cenário. Consequentemente, iniciou-se um processo de afastamento das origens católicas da profissão, que veio a se concretizar somente na década de 1960 (FONSECA, 2012).

Para o Serviço Social brasileiro os anos de 1960 representaram o início de um processo de reestruturação, que se prolongou até meados dos anos de 1990. Seu direcionamento conta com o redimensionamento e o amadurecimento da profissão, que tem como norte a construção de uma nova imagem para o Serviço Social no país. Contudo, não se trata de um processo concluído, mas em desenvolvimento.

Nessa época, a profissão seguia sob a influência norte-americana, com a grade curricular voltada para "a defesa da integração, para a adaptação dos indivíduos e das instituições, para o bem-estar social" (FONSECA, 2012, p. 56). Como forma de contribuição ao desenvolvimentismo, a base teórica permanecia focada no tratamento dos problemas "individuais", apontada para a abordagem comunitária como melhor área de intervenção do assistente social. No entanto, nesse mesmo período, na América Latina, passa a emergir o Movimento de Reconceituação, que:

Questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população (FRANÇA, 2019, p.19).

Segundo Fonseca (2012), o Movimento de Reconceituação, com duração de uma década (1965-1975), sinaliza o processo de erosão do Serviço Social Tradicional.⁷ A ocorrência da ditadura militar em 1964 também contribuiu significativamente para esse momento, pois diante de um contexto de repressão se fez necessário sintonizar as mudanças e o crescimento da sociedade, de forma que fosse elevado o padrão técnico, científico e cultural da profissão. No entanto, as condições para uma renovação do Serviço Social ainda estavam de acordo com as necessidades e interesses da classe dominante, já que havia uma disputa pela hegemonia do processo profissional.

Nesse sentido, segundo Netto (2005), cabe destacar os três ciclos históricos desse cenário: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Movimento de Intenção de Ruptura. O primeiro teve "como marco principal adequar o Serviço Social às demandas abarcadas

⁷ O período correspondente entre a década de 1930 e 1960 do Serviço Social brasileiro, se baseava na ordenação da assistência com caráter funcionalista, focado no sujeito.

pelo processo sociopolítico oriundos do golpe militar" (VIANA E COL, 2015, p.4), através de um posicionamento tradicionalmente estrutural-funcionalista.

A Perspectiva Modernizadora tem seu ápice por meio de documentos fundamentais: os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social). Percebe-se a preocupação dos profissionais de Serviço Social com o aperfeiçoamento do instrumental operativo com os procedimentos metodológicos e técnicos, como também com os padrões de eficiência (VIANA E COL, 2015, p. 4).

O segundo ciclo, a Reatualização do Conservadorismo, propôs o aperfeiçoamento das "antigas práticas profissionais de acordo com as novas exigências do perfil profissional, ou seja, busca-se mantê-las num viés mais crítico que pudesse apresentar argumentos plausíveis para adentrar a nova prática profissional" (VIANA E COL, 2015, p.4). Tal perspectiva manteve o teor reformista, sem impor mudanças expressivas no agir profissional, em constante diálogo com o aporte teórico do pensamento fenomenológico⁸.

Somente no Movimento de Intenção de Ruptura é que fica clara a disposição em romper totalmente com o Serviço Social tradicional. Segundo Viana e Col. (2015), essa perspectiva propunha uma quebra com seus procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos, e recorre principalmente ao pensamento marxista, que estava em ascensão no período do regime militar. Vale destacar também que o "marxismo acadêmico"⁹ se desenvolve nesse tempo, porém "a leitura feita pelos assistentes sociais da época sobre o marxismo foi muito superficial, o que causou uma concepção do assistente social como agente transformador da sociedade numa ideia de revolução" (VIANA E COL, 2015). O motivo do "ecletismo" resultante foi à mescla dos referenciais teóricos, concepções ideológicas e prático-profissionais, devido às próprias dificuldades de acesso às fontes originais do pensamento marxiano" (FONSECA, 2012, p. 66).

Diante disso, no ano de 1979, em São Paulo, acontece o já mencionado "Congresso da Virada", uma das expressões mais significativas do Movimento de Intenção de Ruptura. "Ele se destacou pelo grau de politização e mobilização impressas ao Serviço Social, em suas dimensões constitutivas (exercício e formação profissionais e organização política)" (FONSECA, 2012, p. 67). Ainda contribuiu com o debate sobre a formação profissional, que, no mesmo ano, também atingiu

⁸ Segundo Netto (2011), a fenomenologia começa defendendo o princípio sem abordar os conflitos de classes, nem as mudanças estruturais. Ela não introduz transformação na realidade, já que possui um viés conservador. Não aborda a historicidade dos fenômenos, tendo o mérito de ter questionado os conhecimentos do positivismo. A fenomenologia no Serviço Social é o aspecto filosófico da profissão.

⁹ O marxismo acadêmico consiste numa existência do marxismo separada da ação política. Trata-se, por conseguinte, de toda definição do marxismo e de toda prática do marxismo que nos distancia de um possível fim do sistema capitalista, e do nascimento de um novo sistema para superá-lo.

a aprovação de um novo currículo na convenção da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em Natal – RN. Em 1982, tal currículo é aprovado pelo Conselho de Educação e este passa a ser obrigatório em todos os cursos de Serviço Social do Brasil (substituindo o de 1970).

No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para *História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado* -, o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos. É desse período a introdução da *política social* no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão (IAMAMOTO, 2014, p.614).

O Currículo Mínimo de 1982 corresponde aos marcos do projeto de profissão, no que diz respeito à formação profissional. O processo de consolidação das Diretrizes Curriculares de 1996 advém desse episódio e propõe um perfil profissional com

capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 03-04).

A partir de 1994 é iniciado o processo de revisão do currículo mínimo¹⁰, sob a coordenação da ABESS e do CEDEPSS, com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social, dos Conselhos Regionais (CFESS/CRESS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). De acordo com Fonseca (2012), "foram realizadas inúmeras oficinas de trabalho locais, regionais e nacionais, em meio a um novo contexto marcado por uma intensa crise capitalista", mas que agora dava espaço para uma profissão possibilitada de pluralismo teórico¹¹.

¹⁰ Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base neste diagnóstico foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular. A continuidade deste trabalho coletivo, em 1996, através da realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado "Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate". Na etapa final do processo de revisão curricular as proposições do conjunto das Unidades de Ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a presente Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. (ABESS).

¹¹ O pluralismo está presente no Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993, e conta com a seguinte redação: "Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento profissional".

Desse modo, o caldo de todo esse percurso é um projeto profissional sólido e maduro que foi pensado e gerado coletivamente no âmbito da categoria, com representações de todas as unidades do país, nas duas últimas décadas, 1980/90 sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), com a participação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Como desdobramento desse projeto profissional, e sob a orientação de suas diretrizes, tem-se: o Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993 com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n. 290/94 e 33/96; a Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social; e a atual Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, a qual está baseada no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996 (ABESS, 1996, p. 58-76; IAMAMOTO, 1998).

Ademais, também é válido frisar, diante desse trajeto, a independência que a academia passou a ter frente às instituições, pois o Serviço Social se deslocou de um viés caritativo e religioso para um curso de nível superior reconhecido e atuante nas universidades, de modo que tornou possível sua atividade em âmbitos sem fins lucrativos, preservando a perspectiva histórico-crítica que passou a fazer parte do projeto profissional em exercício. No próximo item, discutiremos como as expressões da questão social podem remodelar o mercado de trabalho, ou até mesmo criar novos espaços para o assistente social.

2.2 Mercado de trabalho: competências, demandas e projetos profissionais

A identificação do mercado de trabalho dos assistentes sociais se dá a partir das necessidades sociais que surgem, mais precisamente com a questão social nas suas diversas expressões cotidianas, vivenciadas pelos indivíduos no trabalho, na família, na saúde, na assistência social e em muitos outros espaços sócio ocupacionais. Nas palavras de Iamamoto, é possível compreender com precisão o pano de fundo desse cenário:

A radicalização liberal em tempos de mundialização do capital reafirma o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, impulsionando a competição e o individualismo e desarticulando formas de luta e negociação coletiva. Impulsiona-se uma intensa privatização e mercantilização da satisfação das necessidades sociais favorecendo a produção e circulação de mercadorias-capitalistas e sua realização. O bem-estar social tende a ser transferido ao foro privado dos indivíduos e famílias, dependente do trabalho voluntário ou dos rendimentos familiares dos diferentes segmentos sociais na aquisição de bens e serviços mercantis, restando ao Estado, preferencialmente, a responsabilidade no alívio da pobreza extrema (IAMAMOTO, 2009, p.2).

Nesse sentido, é notório que a crise atual do capital¹², com suas novas e antigas deliberações, impõe remodelações ao mundo do trabalho, o que exige um perfil de profissional funcional a cada etapa do capitalismo. De acordo com Sarmiento (2013), este movimento provoca profundo impacto nas práticas sociais que intervêm no processo de produção material e espiritual da força de trabalho, o que resulta na mesma intensidade nas práticas profissionais, por meio da divisão social e técnica do trabalho.

Diante disso, Guerra (2010) pontua que é de extrema importância que o profissional assuma a sua condição de trabalhador assalariado e o domínio de um referencial teórico-metodológico, de forma que ajude a categoria a fazer a leitura mais correta dessa realidade.

Assim, optamos por interpretar o mercado de trabalho dos assistentes sociais e a perda de direitos, inseridos na particularidade histórico-social do capitalismo contemporâneo, num contexto de acirramento da luta de classes, no qual se aprofunda a desvalorização e a superexploração da força de trabalho para a continuidade da reprodução ampliada do capital mediante altíssimos índices de desemprego (GUERRA, 2010, p.717).

De fato, conforme Iamamoto (2009), o crescimento do desemprego nutre a expansão da população excedente, ao lado da desregulamentação e informalização das relações de trabalho, com repercussões na luta salarial e na organização autônoma dos trabalhadores. As políticas sociais passam a ter destaque para preservar o mínimo vital às camadas, em crescimento, da população excedente, e inseridas numa situação de pauperismo, assegurando o direito à sobrevivência e estimulando a consciência de classe à luta hegemônica.

Tais elementos correspondem a um contexto de crise estrutural do capital caracterizado pelo desemprego e o subemprego, em face de um modelo produtivo que exige cada vez mais flexibilização, polivalência, desespecialização e desprofissionalização do trabalho. Nessa conjuntura, é fácil enfraquecer as profissões pela concorrência. O Serviço Social não fica alheio a isso, tanto no sentido da concorrência e disputa de espaços profissionais quanto no âmbito das políticas sociais. Seja nas instituições públicas e/ou privadas, esse profissional é submetido a

¹² Conforme Antunes (1999), o capital buscou enfrentar a crise na sua dimensão fenomênica, reestruturando-se dentro do mesmo sistema, utilizando tanto mecanismos antigos quanto novos de acumulação de capital. A referência ao "padrão produtivo assentado no binômio taylorista/fordista" indica uma forma de organização do trabalho que se baseia na divisão rígida de tarefas e na produção em massa, características associadas ao sistema de produção em fábricas desenvolvido por Frederick Taylor e aperfeiçoado por Henry Ford. No entanto, de acordo com a descrição, esse padrão produtivo foi reestruturado para se adequar à nova realidade econômica. A "flexibilização" é apresentada como a chave para a reestruturação capitalista, ou seja, a capacidade de ajustar-se e adaptar-se às novas condições e exigências. A ideia de uma "nova ordem" que acompanha e revigora as forças do capital sugere que o capitalismo é capaz de se renovar e se fortalecer mesmo diante das crises e desafios que enfrenta.

programas de treinamento, tenham eles conteúdos técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional.¹³

Segundo Mota (2014), “espaços tradicionais como saúde, assistência social e previdência sofrem reveses e atualizam as demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo do trabalho dos assistentes sociais” (p. 696). Um exemplo claro disso é a área de saúde, que aumentou o número de planos e seguros privados e isso resultou na contratação de novos profissionais, bem como as mudanças nos programas da área da saúde mental e das drogas. A aparição de novos cenários, como este, influencia diretamente na ampliação dos postos de trabalho do assistente social, pois o conjunto dessas demandas exige o desenvolvimento de estudos e pesquisas, cujas sistematizações e análises subsidiam e instrumentalizam a formação e o exercício profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 440).

As demandas¹⁴ correspondentes ao Assistente Social variam de acordo com o contexto em que está inserido, pois a profissão, como dito anteriormente, é produto da das relações sociais de produção e reprodução onde vive. Como a autonomia profissional é sempre relativa, é importante ressaltar a importância de projetos e estratégias profissionais para realização do trabalho. Isso se torna mais compreensível a partir da fala de Mota (2014), ao destacar o exercício da autonomia do profissional como sendo

[...] um esforço contínuo que evidencia os limites e as possibilidades da intervenção. Se do ponto de vista da inserção do profissional nos processos e relações de trabalho temos o estabelecimento da relação de controle e subordinação, a natureza da relativa autonomia técnica e teórico-política do profissional requer outras mediações, afora a das relações de trabalho. (MOTA, 2014)

Como principal empregador dos Assistentes Sociais, é do Estado que resultam as primeiras demandas profissionais, e isso está contido também na criação das primeiras escolas de Serviço Social, pois elas foram criadas com o objetivo de obter mão de obra qualificada frente à questão

¹³ Tal perfil profissional, segundo Guerra (2010), expressa diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras. Essas características marcam os espaços laborais dos assistentes sociais, ainda que de formas, níveis e graus distintos, segundo a sua inserção diferenciada e diferentes condições sócio-ocupacionais. (GUERRA, 2010, p. 719)

¹⁴ No sentido etimológico, demanda significa procura. Trata-se de ação, ato ou efeito de buscar. Também possui sua particular utilização jurídica como processo e/ou ação judicial: demanda judicial. Podemos considerar as seguintes demandas como as que chegam para assistentes sociais: a) diferentes tipos de demandas, a depender da região, subpolítica, do programa, da instituição/unidade, do campo/área, etc.); b) demandas espontâneas (especialmente na política e nos equipamentos da Assistência); c) demandas imediatas; d) demandas “indevidas” (formulação pouco clara); e) demandas secundárias; f) demandas reprimidas.

social. Nesse sentido, vale destacar a importância da profissão em se associar a um projeto profissional crítico. Conforme Guerra (2007):

A lógica mercadológica que perpassa os serviços sociais, junto com as políticas sociais, passa a se constituir a própria racionalidade que orienta o exercício profissional, configurando concepções de eficácia, eficiência, produtividade, competência, de acordo com as exigências do mundo burguês para a acumulação/valorização do capital (GUERRA, 2007, p.7-8).

Nesse aspecto, vale lembrar que os projetos profissionais apontam uma direção, eles estão no âmbito da projeção, e de acordo com Guerra (2007) "se organizam em torno de um conjunto de conhecimentos teóricos e de saberes interventivos, de valores, princípios e diretrizes éticas e políticas". No que diz respeito a um projeto profissional crítico, cabe ainda destacar que requer, por parte do profissional, o conhecimento das suas competências¹⁵ e a impressão de qualidade técnica nas suas ações, de forma que seja clara sua direção crítica em defesa permanente dos direitos sociais e humanos (GUERRA, 2007).

A importância de destacar esse ponto, a respeito do projeto profissional, consiste em analisar as características identificadas no mercado de trabalho dos assistentes sociais nos espaços laborais no século XXI, em meio ao contexto neoliberal.

Segundo Guerra (2010):

O crescente aumento de profissionais que possuem mais de um vínculo de trabalho [...] caracteriza o pluriemprego, bem como se observa a inserção socioprofissional em duas ou mais políticas sociais, rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, jornada de trabalho extensa (cumprir carga horária de mais de dez horas diárias de trabalho), além do sobretrabalho ao qual a mulher encontra-se submetida. Temos ainda a tendência à terceirização do trabalho, travestida da forma de assessoria. Nessa tendência, os profissionais são estimulados a se organizar em cooperativas multiprofissionais de prestação de serviços, seja para elaborar projetos, para o que busca cursos rápidos e destinados apenas à instrumentação imediata; seja nas diversas áreas, como saúde, empresas e previdência privada, prestando serviço de atendimentos multidisciplinares em entidades públicas, hospitais e, ainda, promovendo cursos e treinamentos em diversas áreas. Outras vezes são contratados por associação de moradores com recursos repassados pelo Estado, dentro do marco legal do terceiro setor. Claro está que não possuem nenhum direito à proteção social pública (P. 719-720).

Além dessas, outra forte disposição é o chamado empreendedorismo, que tem se configurado como forma oculta de trabalho assalariado e que permite a difusão das distintas formas

¹⁵ Competência é o substantivo feminino originado do latim *competere* que significa uma aptidão para cumprir alguma tarefa ou função. Ao analisarmos a Lei de Regulamentação da profissão, que se constitui no estatuto jurídico que dispõe sobre as competências dos assistentes sociais, indica "capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais" (Iamamoto, In: CFESS, 2012, p. 37). São competências do assistente social, que a Lei de Regulamentação reconhece: implementar, planejar e avaliar políticas sociais.

de flexibilização salarial, de horário, de funções ou forma de contratação. Trata-se de parte do discurso da política neoliberal nas entrelinhas, que avança sobre as minorias sociais, sob a justificativa de solução para problemas sociais, e que também tem afetado o campo do Serviço Social na perspectiva do mercado de trabalho e no desmonte de políticas sociais. Isso se dá porque a conjuntura que vivemos faz apelos ao subjetivismo e a atenuação de conflitos, como se os resultados fossem decorrência da mera vontade do sujeito, além de torná-lo cada vez mais “atuante” de modo independente, o que foge completamente do ideário da emancipação humana. Todavia, nem sempre o profissional percebe a incompatibilidade entre os objetivos institucionais e os profissionais, tornando-se cada vez mais necessário o apontamento da formação rumo ao projeto profissional atrelado aos princípios do projeto ético-político profissional.

A autora também alinha, diretamente, as competências do Assistente Social com o projeto profissional, de forma que evidencia que há unidade entre teoria e prática, distanciando-se de uma atividade subjetiva e aproximando-se de um processo integrativo. Nessa concepção, ela também destaca que a competência "ultrapassa saberes e conhecimentos, mas não se constitui sem eles", tornando-se necessário ao profissional questionar para quem e para quem ela é destinada, e de que modo ela envolverá engajamento e compromisso.

Vale destacar que foi na década de 1970 que o Serviço Social passou a construir um projeto profissional que diferiu da sua gênese, e segundo Teixeira e Braz (2009), é possível localizar o nascimento do projeto ético-político nesse momento, uma vez que “esse mesmo projeto avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 13).

Ressalte-se que, junto com a consolidação do projeto, houve ameaças em relação a ele, mas é possível afirmar que esteja num momento expressivo de sua rota. De acordo com Teixeira e Braz (2009), sua reafirmação depende tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais, quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

Diante disso, não há como não citar o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro que, segundo Teixeira e Braz, está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 5-6).

Tal projeto também foi construído a partir do Código de Ética de 1986. Foi a primeira tentativa de tradução, não só legítima como legal, (através do órgão de fiscalização do exercício profissional, o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje CFESS) da inversão ética-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos da classe trabalhadora. Ao demarcar seus compromissos, o Código de Ética não deixava dúvidas de “qual lado” estava.

A relação entre o contexto do mercado de trabalho e o projeto ético-político é lembrar, continuamente, do compromisso de classe que a profissão tem. Nisso, podemos compreender que o enfrentamento da chamada questão social está sendo realizado com a assistencialização das políticas sociais através do Estado, da mercantilização e da privatização. E, do outro lado, houve a adoção de medidas repressivas de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

É válido salientar que, como foi tratado até o momento, combinam-se perfeitamente precarização do trabalho, flexibilização da legislação trabalhista (e dos direitos sociais) e políticas sociais focalizadas, reduzidas a programas de combate à pobreza, o que vem reforçar a hipótese inicialmente apresentada de que essas formas de precarização são regidas pela mesma lógica, qual seja, do curto prazo, das resoluções imediatas, das intervenções pontuais e precárias. Caracteriza-se pela lógica instrumental que subordina os processos sociais ao reino do imediatismo, que implica na emergência de novas demandas para o Serviço Social e a necessidade de redimensionar a formação profissional.

No item a seguir será abordado a relação entre o estágio curricular e a realidade da formação no Brasil, com o resgate do sócio histórico e seus desafios contemporâneos, que ganharam notoriedade diante da pandemia de COVID-19.

2.3 Estágio Curricular e a realidade da formação no Brasil

O estágio curricular tornou-se uma etapa essencial na formação dos estudantes de Serviço Social no Brasil, justamente por proporcionar a vivência das demandas e desafios da profissão, o que possibilita a articulação entre teoria e prática, contribuindo para o desenvolvimento de competências profissionais. No entanto, a realidade da formação no Brasil apresenta desafios e limitações que afetam essa etapa da formação profissional, tais como:

a) Quantidade de vagas: A demanda por estágios curriculares em Serviço Social é alta, mas nem sempre há vagas disponíveis para todos os estudantes. Isso pode dificultar a realização do estágio e comprometer a formação prática dos futuros assistentes sociais.

b) Infraestrutura das instituições de estágio: Nem todas as instituições de estágio oferecem uma estrutura adequada para receber os estudantes. Isso pode incluir a falta de espaços físicos adequados, materiais de trabalho, supervisores capacitados, entre outros recursos essenciais para uma formação de qualidade.

c) Qualidade das supervisões: A qualidade das supervisões durante o estágio curricular varia, e nem sempre os supervisores têm formação e experiência adequadas para orientar e acompanhar os estudantes. Uma supervisão deficiente pode comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento profissional dos estagiários.

d) Articulação teoria-prática: Nem sempre há uma articulação efetiva entre a teoria e a prática durante o estágio curricular. Alguns estudantes relatam que a formação teórica recebida nas universidades não é suficientemente integrada à prática vivenciada nos estágios, o que dificulta a compreensão e a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

e) Diversidade de experiências: A diversidade de experiências de estágio é fundamental para a formação dos estudantes, permitindo que eles tenham contato com diferentes realidades sociais e ampliem suas competências profissionais. No entanto, nem sempre é possível garantir essa diversidade, especialmente em regiões com menos oportunidades de estágio.

Diante dos desafios acima elencados, é importante que as instituições de ensino, os órgãos de classe e os profissionais de Serviço Social estejam engajados na busca por melhorias na formação e no estágio curricular. Isso pode incluir a ampliação de parcerias com instituições de estágio, a criação de políticas de incentivo e apoio aos estagiários, a qualificação dos supervisores, a atualização dos currículos e a promoção de espaços de reflexão e diálogo entre teoria e prática.

A década de 1980, inclusive, foi de profunda relevância no debate teórico-metodológico, ético e político da profissão, que contribuiu para a definição dos rumos profissionais nas suas vertentes técnica, acadêmica e política. Como fruto desse período, em 1996, com as Diretrizes Curriculares¹⁶, o estágio supervisionado foi inserido na grade curricular como disciplina obrigatória e trouxe ainda mais contribuição nesse processo de formação. O debate acerca dessa disciplina, embora pareça só mais um meio para concluir a graduação, ainda é urgente. Com o estágio

¹⁶ O processo de consolidação das diretrizes de 1996 é tributário dos debates oriundos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, e da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982, nos quais se podem pensar os marcos do projeto de profissão, no que tange à formação profissional. Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58). Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o documento da ABESS/CEDEPSS de 1996 foram: 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais. (ABEPSS).

supervisionado, as instituições tornam-se um espaço expressivo para a formação profissional e atualização dos profissionais inseridos nessas realidades.

Como vimos anteriormente, a história da formação do Serviço Social no Brasil passou por muitos episódios cujo cunho religioso e funcionalista foi a principal influência profissional, e o estágio não fazia parte das disciplinas curriculares, o que distanciava a relação entre teoria e prática. Por isso, torna-se importante resgatarmos a trajetória do contexto sócio histórico até a inserção da supervisão de estágio legalmente. Conforme Rosado (2007),

[...] a supervisão em Serviço Social teve início com a primeira escola de Serviço Social, nos Estados Unidos, em 1898; mas somente em 1941 despertou-se para a necessidade de uma formação sistemática para a prática da supervisão. No âmbito nacional, a supervisão em Serviço Social, inicialmente, subsidiou-se nas produções teóricas importadas dos Estados Unidos, cujas traduções predominaram desde 1936, quando da criação da primeira escola brasileira, em São Paulo, estendendo-se até o ano de 1946 (ROSADO, 2007, p.77).

Todavia, a partir de 1947, surgem as primeiras produções nacionais sobre o tema, mas ainda eram fortemente influenciadas pelas ideias norte-americanas. Nessa época, o foco era no ensino individual prático, priorizando o aspecto psicológico (relacionamento entre supervisores/as e estagiários/as) e o procedimento metodológico (técnicas de entrevistas, de análise de casos, de elaboração de relatórios, dentre outras). A supervisão de estágio em Serviço Social recebeu grande influência da psicanálise, e foi somente em 1950 que passou a receber influência voltada para a área pedagógica. No entanto, não foi o suficiente para alcançar a legitimidade que viria adiante, pois “a supervisão ainda valorizava a individualização e os princípios psicanalíticos que se debruçaram nas situações de vida, nos conflitos e desajustamentos individuais” (ROSADO, 2007, p.78).

Todavia, embora o Serviço Social tenha iniciado o processo de aproximação com a perspectiva histórico-crítica e uma busca de ruptura com o caráter psicologizante da supervisão, em 1970 a concepção de estágio não havia mudado, mesmo com o Movimento de Reconceituação da profissão. Ademais, a literatura sobre supervisão não acompanhou o mesmo impulso teórico ocorrido na profissão acerca dos demais assuntos, mas, contudo representou significativo avanço teórico, porém deixou lacunas de instrumentalização aos requisitos para a intervenção profissional. Mesmo emergindo timidamente, essa vertente se fortaleceu no eixo do desdobramento da crise da autocracia burguesa e conquistou, significativamente, a concessão dos assistentes sociais a partir de meados dos anos 1980, influenciando fortemente, conforme Rosado (2007), o processo de supervisão.

A partir da década de 1990, o estágio passa a ocupar um espaço significativo como parte do processo de reformulação da lógica curricular com a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais¹⁷, após um longo período considerado secundário nas discussões pedagógicas dos cursos de Serviço Social. Nesse sentido, o estágio tornou-se objeto prioritário das reflexões em alguns recentes encontros da categoria, destinados a pensar o ensino em Serviço Social, mais especificamente, nas oficinas locais, regionais e nacionais, organizadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em parceria com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Uma realidade recente, que foi um desafio para o estágio curricular, foi a pandemia da COVID-19. Antes desse período pandêmico, as Universidades já haviam experienciado grandes desafios para inserção dos estudantes nos campos de estágio, mas certamente esse foi um marco que afetou a todos envolvidos em várias camadas.

Em abril de 2020 a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) publicou nota sobre o estágio supervisionado no período de isolamento social. O posicionamento da ABEPSS foi a favor da preservação da vida e da saúde de discentes, orientando que o estágio não pode ser considerado uma atividade essencial. Reiterou a necessidade do cumprimento das normas previstas na Resolução CFESS nº 533/08, apontando que, no contexto de isolamento social, as dificuldades relativas à supervisão direta das atividades de estágio em Serviço Social inviabilizaram a sua realização com qualidade. No entanto, com o passar do tempo, com as atividades de ensino presenciais ainda suspensas, foram promovidos debates com a comunidade acadêmica para conferir estratégias e alternativas para o estágio nesse contexto.

Estes espaços de diálogos foram organizados pela equipe da Coordenação de Estágio da Unidade de Ensino e constituídos de reuniões pedagógicas e Fóruns de Estágio. No primeiro Fórum, foram debatidos “Os desafios do estágio no contexto da pandemia: a Supervisão em debate”. Este evento contou com a participação de estagiários, supervisores de campo, supervisores acadêmicos e professores. Além destes espaços, foram realizadas pesquisas/levantamentos direcionados aos estudantes, supervisores de campo e supervisores acadêmicos para conhecimento da realidade vivenciada. Estes debates e pesquisas apontaram para a possibilidade e a necessidade do retorno das atividades de estágio na modalidade remota (MENEZES et al., 2021, p. 506).

¹⁷ As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 15 de 13/03/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2002.

A decisão de aprovar o estágio remoto em determinados campos, desde que as condições permitissem a supervisão direta através dessa modalidade, foi tomada em uma instância deliberativa da Unidade de Ensino em 29 de novembro de 2020. Essa decisão foi baseada na avaliação das condições disponíveis e na capacidade de garantir a qualidade do estágio mesmo em um formato remoto.

É importante destacar que, neste momento, não foi autorizada a inserção de alunos de nível 1 de estágio, pois esses estudantes não haviam tido contato prévio presencial com o campo. Essa restrição pode ter sido implementada para garantir que os alunos tivessem uma base sólida de conhecimento e experiência antes de se envolverem em um estágio remoto.

Após o período de estágio remoto (2020.1), foram realizadas novas reuniões com os sujeitos envolvidos e pesquisas adicionais para avaliar a experiência. Essas avaliações podem ter sido realizadas para coletar feedback dos estudantes, supervisores e outros envolvidos, a fim de compreender os desafios, benefícios e limitações do estágio remoto.

Essa abordagem de avaliação contínua e diálogo entre as partes interessadas foi essencial para adaptar e melhorar a experiência do estágio remoto, identificando oportunidades de aprimoramento e fazendo ajustes necessários para garantir a qualidade do aprendizado dos estudantes. Com base nas informações coletadas nessas reuniões e pesquisas, é possível tomar decisões informadas sobre a continuidade ou possíveis ajustes no programa de estágio remoto.

Contudo, independentemente deste período atípico para a formação e para o estágio supervisionado, é fundamental o planejamento conjunto das atividades de estágio, materializado no plano de estágio, bem como o acompanhamento das atividades do estagiário por meio de supervisões sistemáticas de campo e acadêmica, em conformidade com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS/2010¹⁸ e a Resolução CFESS nº 533/08.

Quanto às fragilidades desta modalidade, podemos afirmar que o meio virtual jamais terá condições de substituir as experiências “in locus”, vivenciadas no cotidiano dos campos de estágio, especialmente o contato direto com a população usuária dos serviços. Além disso, sabemos que as condições de acesso à internet e disponibilidade de equipamentos adequados (computador, tablets) são muito desiguais entre os estudantes e as condições de funcionamento da rede de internet no país é um limitador, tanto para os alunos, quando para os professores e demais profissionais envolvidos (MENEZES et al., 2021, p. 507).

¹⁸ A Política Nacional de Estágio (PNE) é um instrumento político pedagógico que tem por objetivo orientar os estágios supervisionados em Serviço Social na luta por uma educação de qualidade. Coloca o estágio como um dos momentos privilegiados da formação profissional na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. [...] Ela traz os princípios norteadores do estágio supervisionado, reforça a supervisão direta de estágio (Resolução 533 do CFESS), define parâmetros para o número de alunos por supervisor acadêmico, elucida questões sobre o estágio obrigatório e não obrigatório, define as atribuições de cada sujeito envolvido no processo de estágio, incentiva a construção dos Fóruns de Supervisão e aponta estratégias para a construção das Políticas de Estágio nas Unidades de Formação Acadêmicas.

Outra fragilidade identificada foi a intensificação das tarefas no ambiente doméstico durante a pandemia do coronavírus. Com o trabalho remoto, o fechamento de escolas e o distanciamento social, as atividades do cuidado com o lar, cuidado com os familiares, autocuidado e estudos se entrelaçam, resultando em uma sobrecarga significativa.

A falta de espaços adequados para os estudos em muitas residências também é uma dificuldade enfrentada por estudantes e profissionais que precisam se adaptar ao trabalho e às atividades acadêmicas em um ambiente doméstico limitado. A falta de um espaço tranquilo e adequado pode afetar a concentração, a produtividade e o bem-estar geral.

Além disso, o distanciamento social necessário para conter a propagação do vírus impede a troca e a socialização que são tão enriquecedoras nos espaços acadêmicos e de estágio. A interação pessoal, as discussões em grupo, os debates e o networking são elementos importantes para o aprendizado e o desenvolvimento profissional, mas foram comprometidos devido à necessidade de manter o distanciamento físico.

Essas fragilidades tiveram impactos significativos na vida dos estudantes e profissionais, afetando sua saúde mental, sua capacidade de aprendizado e seu crescimento profissional. É importante reconhecer esses desafios e buscar formas de mitigar seus efeitos, como estabelecer rotinas equilibradas, criar espaços de estudo adequados dentro das possibilidades disponíveis, buscar apoio emocional e buscar alternativas para a interação e socialização virtualmente, por meio de plataformas online.

As instituições acadêmicas e os empregadores também desempenham um papel importante ao oferecer suporte e recursos adicionais para lidar com essas dificuldades, como programas de apoio à saúde mental, flexibilidade nos prazos e exigências, e a criação de espaços virtuais para troca e interação entre estudantes e profissionais.

Em suma, embora o estágio curricular seja uma etapa importante na formação dos estudantes de Serviço Social no Brasil, existem desafios e limitações a serem enfrentados e o contexto pandêmico foi um deles. Desse modo, continua sendo necessário um esforço conjunto para superar essas dificuldades e garantir uma formação de qualidade, que prepare os futuros assistentes sociais para atuar de forma comprometida e qualificada na realidade social independente do contexto que sobrevir.

3 A INSTRUMENTALIDADE DO ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

3.1 As inflexões das transformações societárias na formação e no mercado de trabalho do Serviço Social

A partir das reflexões de Behring (2008), é possível dizer que as transformações societárias que ocorreram no curso da década de 1990 foram caracterizadas pela contrarreforma do Estado¹⁹, que teve impactos significativos nas esferas econômica, política, social, cultural e ideológica. Essas mudanças levaram a uma reestruturação das políticas sociais, resultando em alterações significativas nas funções do Estado.

Uma das principais características dessas transformações foi a busca pela redução dos gastos públicos e a diminuição das despesas estatais. Isso implicou em limites para as políticas sociais e afetou diretamente a forma como essas políticas foram implementadas. A contrarreforma do Estado foi marcada pela adoção de medidas neoliberais, que buscavam a liberalização da economia e a redução da intervenção estatal.

No contexto dessa contrarreforma, houve um impacto particular sobre as profissões, incluindo o Serviço Social. As novas condições impostas afetaram o trabalho dos profissionais dessa área, impondo desafios e exigindo adaptação às novas demandas. As políticas sociais passaram a ser moldadas por uma lógica de mercado, com uma maior ênfase na eficiência e na produtividade, em detrimento de uma abordagem mais ampla de garantia de direitos e justiça social.

Essa reestruturação das políticas sociais e das funções do Estado teve implicações não apenas no campo econômico, mas também nas esferas política, social, cultural e ideológica; além de

¹⁹ Conforme exposto por Behring (2008), o processo de contrarreforma do Estado está inserido no contexto de crise do modelo de produção fordista, ocorrido a partir da década de 1970. Esta crise possibilitou profundas mudanças nos mecanismos de acumulação provocando não só a reestruturação do modelo de produção, bem como das relações sociais e dos aparatos estatais.

que reconfigurou as relações de poder e influenciou a forma como as questões sociais eram compreendidas e abordadas na sociedade.

Diante desse cenário, os profissionais do Serviço Social passaram a enfrentar novos desafios em sua prática, tendo que lidar com a necessidade de se adaptar às novas demandas e ao contexto de restrições impostas. Ao mesmo tempo, a profissão também se tornou um campo de disputa política e ideológica, onde diferentes perspectivas e concepções sobre o papel do Estado e das políticas sociais se confrontam.

Em relação à formação, as transformações societárias exigiram que os cursos de Serviço Social estivessem atentos às demandas emergentes da sociedade. Isso implicou em rever e atualizar os currículos, incluindo conteúdos relacionados às novas configurações familiares, às tecnologias digitais, às políticas sociais contemporâneas, às questões de gênero, raça, etnia e sexualidade, entre outros temas relevantes para a profissão.

Além disso, foi necessário estimular uma formação crítica e reflexiva, que capacitasse os futuros assistentes sociais a compreender as relações de poder presentes na sociedade e a buscar alternativas transformadoras para enfrentar as desigualdades e promover direitos. Isso implicou em desenvolver habilidades de análise, intervenção e pesquisa, bem como a capacidade de atuar de forma interdisciplinar e em parceria com outros profissionais.

No mercado de trabalho, as transformações societárias também trouxeram e sempre trazem impactos importantes para a atuação dos assistentes sociais; pois novas demandas surgem, novos campos de atuação se abrem e novas formas de intervenção são necessárias. Por exemplo, o avanço das tecnologias digitais trouxe desafios e possibilidades no trabalho social on-line, ampliando o alcance e a forma de atendimento aos usuários. Além destes, também houveram desafios decorrentes da globalização; crescimento da tecnologia e das redes sociais; aumento da diversidade e da pluralidade; e da questão ambiental.

Ademais, as desigualdades sociais crescentes, as migrações, as crises econômicas e políticas, entre outros fenômenos, seguem demandando uma atuação cada vez mais ampla e diversificada dos assistentes sociais. Isso implica em estar preparado para atuar em diferentes contextos, como nas áreas da saúde, educação, assistência social, justiça, empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outros, e também em desenvolver a capacidade de adaptação e inovação diante das mudanças constantes da realidade.

No entanto, é importante destacar que as inflexões das transformações societárias também podem trazer desafios e precarização no mercado de trabalho. A ampliação da demanda por assistência social pode não estar acompanhada de políticas públicas adequadas, o que pode gerar sobrecarga de trabalho, falta de recursos e precarização das condições de atuação.

Nesse sentido, é fundamental que os assistentes sociais estejam atentos e engajados nas lutas coletivas pela valorização e garantia dos direitos profissionais, pela ampliação do investimento público nas políticas sociais e pela defesa de uma sociedade mais justa e igualitária, pois as inflexões das transformações societárias têm impactos na formação e no mercado de trabalho do Serviço Social, exigindo uma formação atualizada e crítica, assim como uma atuação flexível, diversificada e comprometida com a transformação social.

Essas inflexões da sociedade contemporânea exigem, também, uma constante atualização e adaptação por parte dos programas de estágio curricular no Serviço Social, a fim de preparar os estudantes para atuarem de forma eficaz e relevante diante das transformações sociais em curso.

Além disso, o estágio curricular obrigatório no Serviço Social é influenciado por diversas inflexões da sociedade contemporânea, que impactam diretamente na forma como os estudantes realizam suas práticas profissionais. Algumas dessas inflexões são: transformações socioeconômicas; avanço tecnológico; multiculturalismo e diversidade; novas demandas sociais.

Note-se que as transformações sofridas pela sociedade nos últimos anos têm reverberado em todos os setores sociais. As profissões estão inseridas nesse processo de remodelação, e ao mesmo tempo que se transformam também exercem influência. Por isso, é válido analisar como o Serviço Social se situa nesse contexto, pois a atuação desse profissional assume uma nova configuração diante das tendências de alterações do perfil do mercado de trabalho, conforme explica a narração do CFESS (2022),²⁰ Quer seja pela cisão da força de trabalho, pelo movimento do capital em crise ou pelo processo de reorganização política das classes operárias, diante da precarização do trabalho.

É pertinente recordar que, na Era Vargas, a partir da década de 1930 vimos o Estado como o principal empregador dos assistentes sociais, mas diante da reforma gerencial do Estado, da desregulamentação do trabalho e do corte de gastos sociais, ocorre a expansão das ofertas do setor privado (seja ele empresarial ou de entidades do terceiro setor). Nas palavras de Yamamoto (2012) é possível perceber isso através da atuação do assistente social:

²⁰ Conforme o Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais do CFESS (2022), o perfil do profissional segue algumas características: Aproximando-nos dos dados colhidos pela pesquisa de recadastramento sobre situação ocupacional da categoria profissional, constatou-se que a maioria expressiva das/os respondentes (31.637) declarou possuir 1 vínculo contratual (71,56%); 10,08% (4.457) possuem 2 vínculos; e 3 e 4 vínculos apareceram com números inexpressivos de 0,46% (204) e 0,17% (76). Quanto às formas de ingresso aos postos de trabalho, é possível observar que ainda se mantém as formas públicas como o principal meio de acesso ao emprego pelas/os assistentes sociais. O concurso público alcança 40,30% (17.816) e, se somado à seleção pública simplificada 10,91% (4.822) e ao edital público 1,74% (771) teremos um total de 52,7% de profissionais que participaram da pesquisa que ingressaram em seus empregos por meio de modalidades públicas de acesso no principal vínculo contratual. Quanto às formas de contratação da força de trabalho no principal vínculo, apesar de a maioria dos assistentes sociais respondentes ser de trabalhadora/or do setor público estatal (59,8%) isso não significou a prevalência de relações contratuais assentadas nas regras do regime jurídico único. Os dados da pesquisa revelam que apenas 34,57% são estatutárias/os, sendo quase 25% celetistas (24,26%).

O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do(a) assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social pela via do estudo social (IAMAMOTO, 2012, p.19).

Iamamoto (2012) também observa que com a expressão do Estado, no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidade para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais, expressa nas parcerias entre Estado e Organizações Não Governamentais, cuja atuação é abrangente, desde a formulação até a execução de programas e projetos sociais. Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, a fim de dificultar a contratação de novos funcionários.

Na prática, como estagiárias, vivenciamos isso na experiência de estágio obrigatório na Pestalozzi em Maceió, pois tratava-se de um campo que era correspondente ao terceiro setor e tinha como principal política social a política de saúde. Embora fosse um serviço gratuito e ofertado para população através do repasse de verba pública para a instituição, ainda existia o viés ligado à terceirização. O que cooperou para a compreensão desse cenário foi o alicerce teórico herdado na academia, inclusive sobre a instrumentalidade, que nos possibilitou um olhar crítico para as futuras ações profissionais, com capacidade para atuar frente à realidade posta.

3.2 As dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do estágio curricular em Serviço Social

Quando se fala do projeto profissional do Serviço Social, a partir da década de 1980, a unidade entre teoria e prática se expressa na interação imanente entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa clareza exige a necessidade de trabalhar as três dimensões de forma estruturada para que o projeto profissional, que tem como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, possa ser, de fato, traduzido em ações concretas.

Sabe-se que a formação profissional do Serviço Social implica nesse tripé que temos a oportunidade de compreender na prática durante o estágio curricular, e que é igualmente fundamental no processo de fundamentação para essa atuação. Isso comprova que não é necessário que haja distanciamento entre teoria e prática, pois é através do embasamento teórico-crítico, dado através das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que auxiliam na prática profissional, em sua dimensão técnico-operativa. Essas dimensões estão interligadas e se complementam, proporcionando uma formação integral e preparando o estudante para atuar de forma qualificada e comprometida com os princípios da profissão.

Dessa forma, importa o entendimento acerca de cada um desses pontos que envolve a formação, a começar pela dimensão teórico-metodológica.

Conforme defende Lewgoy (2010), a dimensão teórico-metodológica consubstancia-se na interlocução entre história, teoria e método, requerendo, para tanto, conhecimento que apreenda a realidade em seu movimento dialético, no qual e por meio do qual se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade “[...]. Para interpretar a história necessita-se de uma teoria e um método; por isso a indissociabilidade dos três quando o propósito é busca da cientificidade ou ausência de empirismo [...]” (LEWGOY, 2010, p. 160-161).

Para que fique ainda mais claro, é válido lembrar que tal dimensão está ancorada na teoria social de Marx, e tem como base a análise crítica sobre a emergência e o desenvolvimento da sociedade burguesa, do mesmo modo se apoia das bases materiais de produção e reprodução do capitalismo, responsáveis historicamente pela produção das desigualdades sociais características do modo capitalista de organização e regulação das relações sociais. Portanto, de acordo com Benevides (2018), a profissão adota o método crítico-dialético como método de interpretação do contexto sócio-histórico ao qual a profissão encontra-se inserida de forma interventiva.

No processo de formação, dentro contexto do estágio curricular, ao reconhecer essa dimensão, é possível desenvolver possibilidades de construção de estratégias sociopolíticas e profissionais para responderem às reais demandas e aos requisitos da profissão. O desenvolvimento teórico-metodológico — que compreende o desenvolvimento e a aplicação dos conhecimentos teóricos do Serviço Social, apoiado na abordagem crítico-analítica —, possibilita ao assistente social a compreensão dos processos e elementos da realidade social que constituem o cotidiano de trabalho do profissional.

Na dimensão ético-política — que se refere aos valores, princípios e compromissos éticos que orientam a prática do Serviço Social, inclusive a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social, a luta contra todas as formas de opressão e discriminação, a valorização da autonomia e da participação dos sujeitos sociais — temos uma perspectiva democrática e emancipadora. Ela

contempla os compromissos e valores eleitos hegemonicamente pela categoria para a construção de uma sociedade.

Para a consolidação de tal propósito, o Código de Ética de 1993 é um compilado que indica uma direção ético-política, um horizonte profissional perante à hegemonia político-ideológica imposta pelo capital. Ele contribuiu para a construção de uma nova identidade profissional, o que possibilitou a ruptura com o conservadorismo e a formação de um novo perfil profissional, agora comprometido com a construção de uma sociedade alicerçada no projeto societário da classe trabalhadora.

Vale frisar que as mudanças resultantes no âmbito ético-político da categoria, também, implicaram em mudanças nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão. Nessa direção, os princípios e as diretrizes que conduziram a construção do projeto profissional de ruptura também fundamentaram a construção de um novo horizonte teórico-metodológico para o Serviço Social; pois não foi apenas a intenção, mas o exercício em direção ao que se pretendia alcançar.

No tocante à dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, encontramos uma reflexão direta sobre as competências e habilidades profissionais, realizadas no âmbito da intervenção profissional, por meio do domínio dos instrumentais técnico-operativos, responsáveis pela mediação dos objetivos e das finalidades da intervenção do assistente social. Segundo Benevides (2018), a dimensão técnico-operativa é constituída pela dimensão técnica e instrumental do exercício profissional.

Benevides (2018) também afirma que o atual contexto histórico demanda um profissional habilitado no instrumental técnico-operativo, e que seja capaz de desenvolver suas competências e atribuições nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ações diretas junto aos usuários do Serviço Social. Dessa forma, são necessárias a identificação e a compreensão das manifestações do objeto de intervenção e dos sujeitos envolvidos na realização do trabalho do assistente social, já que, conforme advertem os autores em foco, a dimensão técnico-operativa exige um conjunto de instrumentos, técnicas e estratégias de intervenção orientados por pressupostos teóricos, direcionados para a construção de instrumentais operativos, embasados na compreensão da realidade social, na qual o profissional realiza sua intervenção.

Destaca-se que, durante o estágio, o estudante tem a oportunidade de desenvolver e aprimorar suas habilidades de atendimento direto aos usuários, de planejamento e execução de projetos sociais, de articulação com outros profissionais e instituições, de mediação de conflitos, entre outras. É importante que, nesse contexto, o estagiário aprenda a utilizar as técnicas e instrumentos de intervenção social de forma crítica e reflexiva, adequando-os às demandas e ao

perfil dos usuários. Também é necessário desenvolver habilidades de comunicação, escuta ativa, trabalho em equipe, negociação e tomada de decisão.

Em vista disso, compreendemos que as competências e habilidades técnico-operativas articuladas aos referenciais teórico-metodológico e ético-político possibilitam a construção de respostas profissionais que superem a imediatividade das requisições apresentadas ao assistente social nos diversos campos sócio-ocupacionais, e que orienta com maestria na fase de formação referente ao estágio curricular. Dessa maneira, visualizamos e incorporamos a atuação profissional para além da função instrumental e funcional no âmbito institucional.

3.3 A instrumentalidade do estágio curricular em Serviço Social frente às inflexões das transformações societárias

A instrumentalidade do estágio curricular em Serviço Social continua sendo de extrema importância frente às inflexões das transformações societárias, vez que o estágio curricular é um componente obrigatório nos cursos de Serviço Social, e tem como objetivo proporcionar aos estudantes a vivência prática das demandas e desafios da profissão, permitindo a articulação entre teoria e prática.

As transformações societárias, entendidas como mudanças nas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, impactam diretamente na atuação do assistente social, e são diversas as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, como o avanço das tecnologias, as novas configurações familiares, as desigualdades sociais crescentes, os movimentos migratórios, entre outras.

Nesse contexto, o estágio curricular se torna um espaço fundamental para que o estudante de Serviço Social possa compreender e intervir nessas transformações societárias. Por meio do estágio, o aluno tem a oportunidade de entrar em contato direto com a realidade social, conhecer diferentes grupos e sujeitos sociais, compreender suas demandas e necessidades, identificar as políticas existentes e refletir sobre as possibilidades de intervenção profissional.

A instrumentalidade do estágio curricular na formação do Serviço Social na contemporaneidade é fundamental, pois, para a consolidação das competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão. A vivência prática, a aplicação dos conhecimentos teóricos, o desenvolvimento das habilidades práticas e a reflexão crítica e ética são alguns aspectos relevantes do estágio, uma vez que é por meio da inserção em campo que construímos nossa identidade profissional.

No entanto, é importante ressaltar que a instrumentalidade do estágio não deve ser entendida apenas como uma reprodução mecânica da prática profissional. É necessário que os estagiários sejam estimulados a desenvolver uma postura crítica e reflexiva, questionando as relações de poder presentes nas intervenções sociais e buscando alternativas transformadoras.

Diante das inflexões que resultam das transformações societárias, o estágio precisa acompanhar as demandas emergentes e os novos desafios para a realidade social, o que requer uma constante atualização dos conteúdos e metodologias utilizadas nos estágios, bem como uma articulação entre as instituições de ensino e os espaços de estágio, visando uma formação profissional comprometida com a transformação social.

Vale frisar que a instrumentalidade se trata da articulação efetiva dos instrumentos com o conhecimento teórico-crítico, ou seja, no caso do Serviço Social, os instrumentos só irão de fato intervir na realidade se aliados à teoria crítica vista durante a academia. Ocorre que diante das demandas diárias do Assistente Social, sua prática profissional é constantemente resumida a resolução de problemas e respostas às expressões da questão social, como diz Medeiros (2016). Para o referido autor, o fato do Serviço Social ser uma profissão de natureza interventiva, requisitada a dar respostas às expressões da questão social, imprime nos profissionais, rotinizados pelo cotidiano institucional, um dever de resolutividade dos casos, que ganha materialidade nos encaminhamentos automatizados. Ainda segundo Medeiros (2016), os Assistentes Sociais vêm utilizando de “encaminhamentos automatizados” como resposta ao grande volume de demandas.

Com a inserção do estagiário no campo é possível ver, na prática, a enorme procura de atendimentos e resoluções que precisam ser realizadas pelo Assistente Social. Esse fato pode contribuir erroneamente com a visão de que, durante a graduação, nada da teoria pode ser usado na prática, razão pela qual muitos estudantes já iniciam seus estágios curriculares não obrigatórios antes mesmo de passarem pela experiência do estágio curricular obrigatório, a partir do quinto período. Desse modo, não levam consigo todo o aparato teórico fundamental à prática, e resumem, de forma antecipada, as atribuições profissionais às atitudes pragmáticas e resolutivas de problemas circunstanciais.

Ao estar inserido no campo, o pensamento primário do estagiário pode ser sintetizado em questionamentos acerca da sua capacidade e desenvoltura frente às atividades, tais como a entrevista social. Esse desnorreamento faz com que o estagiário queira aprender apenas o básico dos instrumentos, o que não deixa margem para um pensamento crítico sobre a dimensão técnico-operativa.

Perguntas como: *“Qual a origem daquela demanda?”*, *“Como posso utilizar determinado instrumento para atingir a raiz dessa demanda, ao invés de resolver o problema do usuário*

superficialmente?” podem surgir no cotidiano e precisam de um rico arcabouço teórico que não questione apenas às atribuições e competências do Serviço Social, mas que elucide sobre os instrumentos sem levar a prática (estágio) para um mundo distante da teoria (graduação). Segundo Guerra (1995), isso é retrato de um falso dilema a concepção da relação entre teoria e prática, que parte da premissa de que o valor da teoria está condicionado exclusivamente à sua capacidade de responder imediatamente à realidade

A instrumentalidade do estágio durante a formação na academia traz o embasamento necessário ao estagiário para que este pense além do senso comum, e veja não apenas problemas, requisições ou atendimentos imediatos, mas uma possível intervenção que alcance o cerne da demanda solicitada.

No decorrer da disciplina de Oficina Técnico-operativa I e II, obtivemos um vislumbre acerca *do que são* os instrumentos, de *como utilizá-los* e *para que servem*. Contudo, por vezes esses instrumentos não são suficientes para preparar o estagiário ao campo, uma vez que cada âmbito guarda suas particularidades. Um exemplo é uma roda de conversa em sala de aula, que difere completamente de uma roda de conversa no campo de estágio, visto que o contexto é outro. Diante disso, se faz necessário aprender o uso do instrumento de acordo com a realidade que está inserido, que é a proposta do Serviço Social ao comunicar suas três dimensões, conforme visto item 3.2.

Vale dizer, ainda, que aprofundar-se nos diversos instrumentos e áreas de atuação do Serviço Social durante a graduação não tornará o exercício profissional numa receita de bolo, em que há um único caminho a ser seguido. Ao contrário. O aprofundamento do estudo sobre os instrumentos traz segurança e praticidade ao estagiário para que saiba como intervir e não ter de se preocupar em *como* fazer, mas sim com a melhor forma de fazer.

Forti e Guerra (2012) discorrem que o Assistente Social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência, o que significa entender, entre outros aspectos, que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição — o requisito imprescindível — do seu trabalho profissional.

Entretanto, a realidade e o usuário serão aqueles que determinarão qual demanda será atendida e quais instrumentos serão utilizados, desde um encaminhamento a uma roda de conversa, passando por uma escuta qualificada, até outros instrumentos. As inflexões das transformações societárias não devem definir a atuação do aluno em campo, mas sim, a sua disposição em colocar em prática o que aprendeu na academia, pois trata-se de uma oportunidade de superar em cada ação a dicotomia ainda existente na cultura da formação.

Nessa direção, o nosso esforço é para abordar de forma breve, no capítulo a seguir, sobre nossa experiência no estágio curricular obrigatório, realizado na Pestalozzi de Maceió, campo que notoriamente recebeu o impacto das transformações societárias e demandou do Assistente Social uma leitura precisa da realidade social para enfrentamento dos desafios contemporâneos, principalmente durante a pandemia da Covid-19.

3.3.1 A instrumentalidade do estágio obrigatório: projetos e processos

Vimos que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai alcançando na medida em que concretiza objetivos. Os profissionais conseguem, por meio dela, consolidar sua intencionalidade em respostas profissionais. É mediante esta capacidade, fruto do exercício profissional, que os assistentes sociais “modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social:, qual seja, o nível do cotidiano” (Medeiros, 2016).

Ainda com base em Medeiros (2016), podemos dizer que — ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais —, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social, como categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Naturalmente, podemos ouvir sobre instrumentalidade e interligar a instrumentos meramente técnicos, mas compreender o que de fato significa nos faz perceber o quanto esta capacidade esteve mais perto do que imaginávamos. Guerra (1995) também confirma que falar de instrumentalidade no exercício profissional é referir-se a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico, e não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica).

Mas, como esse processo ocorre, no que diz respeito à instrumentalidade do estágio obrigatório? Se partimos do ponto de propriedade constitutiva da profissão, compreendemos que o estágio representa parte importante da formação profissional, e que também conta com projetos e processos, e entre eles está a supervisão de estágio. Esse processo traz “o espaço privilegiado de

articulação entre investigação e intervenção e que tal compreensão de realidade deve ser estimulada tanto por supervisores de campo, quanto por acadêmicos” (Medeiros, 2016).

A partir da experiência que tivemos com nossas supervisoras, é possível conferir possibilidades para pensar a articulação teórica e prática na supervisão que, sem dúvida, fortalecerá não só a formação profissional do estágio, mas também a formação continuada do supervisor de campo e para o compartilhamento de experiências entre este e o supervisor acadêmico. A primeira questão a considerar é que: A supervisão de estágio precisa ser compreendida como uma atribuição profissional e, portanto, uma vez aceito o estagiário o profissional supervisor deve estar preparado para este processo de supervisão.

O fato é que muito pouco se tem discutido sobre formação profissional e supervisão de estágio nas disciplinas de estágio em Serviço Social e, visto que a perspectiva pragmática de entendimento do estágio ainda está bastante presente no imaginário de supervisores e estudantes, tem sido reproduzida uma supervisão de estágio que se limita ao repasse dos casos atendidos, à descrição da realidade de forma superficial e, quando muito, ao acesso do estagiário aos instrumentos técnico-operativos do exercício profissional (Medeiros, 2016).

Quando vimos que gostaríamos de aprofundar sobre a interlocução entre teoria e prática no Serviço Social, partindo do campo de estágio e do campo acadêmico, vimos que tínhamos apoio e orientação presente para nos indicar as melhores formas de desenvolver a pesquisa. No entanto, na fala de Medeiros (2016), há muitos profissionais diante do panorama de precarização das condições éticas e técnicas de trabalho, e que se recusa a receber estagiários, e quando os recebem, demonstram que ter um estagiário é ter trabalho a mais, pois vai ser necessário estudar para orientá-lo.

Não se pode negar que ter um estagiário tem se colocado para muitos profissionais como a única possibilidade que é posta a ele para articular aspectos teóricos com o movimento do real, ou seja, de tirá-lo da zona de conforto, própria do cotidiano: a confiança.

Porém, cabe aqui uma reflexão: não deveria o profissional se preocupar em estudar, em "se atualizar" somente quando estiver na responsabilidade de supervisionar, uma vez que a qualidade dos serviços prestados à população depende de sua competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A qualificação profissional não deve ser colocada como responsabilidade individual do profissional. Neste sentido, para Medeiros (2016), a formação continuada para supervisores de estágio é imprescindível, principalmente quando é possível oportunizar espaços de debate entre supervisão acadêmica e supervisão de campo.

Diante disso, o que Yolanda Guerra (2002) aponta sobre o estágio supervisionado muda os rumos a que estamos habituados, pois ela afirma que é onde se constrói a identidade profissional e é

marcado por práticas voltadas para o enfrentamento da questão social e suas expressões. Babiuk e Facchini (2015) também agregam nos direciona com clareza no assunto: “O estágio é o momento de apreensão deste movimento; da reflexão do fazer; da sistematização das atividades vivenciadas; de pensamento da prática social; é uma forma de apropriação de elementos de crítica” (p.4).

Nisso, ressaltamos que o estágio não é somente um espaço o qual o aluno/a se capacitará para o exercício profissional, mas também atingirá conhecimento das relações que formam a complexa sociedade, bem como fará aproximações com a práxis²¹. O estágio supervisionado permite que o/a aluno/a estagiário/a se aproxime da ação profissional e a partir disso crie sua própria identidade profissional, alcançando a cada etapa orientada a concretização de objetivos que indicará sua instrumentalidade.

Nesse sentido, no tópico seguinte, discorreremos sobre as dimensões que traz unidade entre teoria e prática, e como o domínio e entendimento delas são fundamentais em âmbitos tão dinâmicos, dado que as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais.

²¹ A práxis orienta a quem se identifica e tem como base a perspectiva na teoria social de Marx se apresenta como a apropriação estratégica das oportunidades com os momentos de relação direta entre profissional assistente social e grupo, sobretudo para construção e desconstrução de valores que alimentam o tipo de sociedade atual bem como o que reflete-se como interessante tomando por base as necessidades reais da população.

4 O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO PESTALOZZI DE MACEIÓ/AL: Realidades e Desafios

4.1 O Serviço Social e o Terceiro Setor

O Estado, o Mercado e as Organizações da Sociedade Civil - OSCs são, respectivamente, primeiro, segundo e terceiro setor, sendo essas OSCs as que atuam sem fins lucrativos e em prol dos interesses públicos. As OSCs englobam uma ampla variedade de entidades, como organizações não governamentais (ONGs), associações, fundações, institutos, entre outras entidades. Diante disso, se faz necessário resgatarmos um recorte do histórico do terceiro setor no Brasil, e como se deu sua relação com o Serviço Social.

Costa (2005) discorre que “o Estado atua na esfera pública estatal, o Mercado na esfera privada e o Terceiro Setor na esfera pública não estatal”. A autora pontua também que embora dividida em três setores, a realidade social não se configura de forma fragmentada, como fenômenos isolados entre si, e enfatiza que precisamos compreendê-la em sua totalidade social. Sendo assim, vale ressaltar que a separação das esferas deve-se dar apenas para título de estudo, pois na realidade as esferas não existem isoladamente.

Nas palavras de Mota e Fernandes (2017) é acrescentado que:

O Terceiro Setor seria a articulação/inserção materializada entre os setores: o público, porém privado, a atividade pública desenvolvida pelo setor privado e/ou a suposta superação da equiparação entre o público e o Estado: o público não estatal seria também o espaço “natural” para esta atividade social (p. 3).

Conforme Oliveira e Neves (2018), tem aumentado a frequência de autores que analisam as determinações históricas do neoliberalismo, cujo final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, tem sido marcado por uma crise do capitalismo no seu padrão de acumulação. Por essa razão, o sistema vigente busca remodelar seu modo de acumulação, por meio da reestruturação de seu processo produtivo, ganhando força e buscando estratégias de saídas para a crise. Destarte, “as argumentações neoliberais põem em marcha um discurso voltado à refuncionalização do papel do Estado, reconfigurando-o face ao contexto de acumulação do capital no período de crise” (OLIVEIRA e NEVES, 2018, p. 4).

Tal contexto fica ainda mais claro de acordo com as autoras citadas acima:

No caso do Brasil, essa refuncionalização se observou, com maior nitidez, na década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual empreendeu esforços para retirar o Estado de sua função de agente econômico produtivo e empresarial, estabelecendo uma intervenção mínima ao atendimento de funções básicas (educação primária, saúde pública, criação e manutenção da infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico) e máxima no tocante às privatizações e à redução dos gastos públicos, além da liberalização ao comércio exterior (OLIVEIRA e NEVES, 2018, p. 4).

O Governo de Fernando Henrique Cardoso fez uma forte crítica ao modelo estatal em curso no Brasil, e formulou um processo de reforma do Estado brasileiro, que resultou em um Plano Diretor da Reforma do Estado²². Tal plano ressalta a redefinição do papel do Estado, e como essa questão adquiriu importância decisiva no Brasil, pois se tornou inadiável a sua reconstrução diante da sobrecarga de demandas dirigidas a esse primeiro setor, especialmente na área social.

Nas palavras de Bresser isso fica ainda mais claro: “reformular o Estado significa, antes de mais nada, definir seu papel, deixando para o setor privado e para o setor público não-estatal as atividades que não lhe são específicas” (Bresser Pereira, 1998). Nisso, o autor também afirma que algumas funções assumidas pelo Estado não lhe são exclusivas, sendo elas as atividades na área social e científica, que não precisam, exclusivamente, estar sob responsabilidade do Estado ou de uma iniciativa privada.

[...] a reforma do Estado nesta área não implica em privatização mas em “publicização” – ou seja, em transferência para o setor público não-estatal [...] se definirmos como público aquilo que está voltado para o interesse geral, e como privado aquilo que é voltado para o interesse dos indivíduos e suas famílias, está claro que o público não pode ser limitado ao estatal, e que fundações e associações sem fins lucrativos e não voltadas para a defesa de interesses corporativos mas para o interesse geral não podem ser consideradas privadas [...] Na verdade são entidades públicas não-estatais (ou seja, usando-se os outros nomes com que são designadas, são entidades do terceiro setor, são entidades sem fins lucrativos, são organizações não governamentais, organizações voluntárias) (Bresser Pereira, 1998).

Nessa direção, as instituições consideradas como parte do Terceiro Setor, têm uma função basilar na sociedade e estão “fundamentadas numa lógica de solidariedade e de co-responsabilidade e, por sua natureza de entidades de direito privado, possuem certas peculiaridades em termos de eficiência e flexibilidade em seus serviços” (OLIVEIRA e NEVES, 2018, p. 6). No que diz respeito às expressões da questão social que, antes eram demandas específicas do Estado, devido a sua burocracia e prerrogativas legais, podemos salientar que parte disso acontecia por conta dos processos de execução de serviços demorados e ineficientes em alguns momentos. A aquisição de materiais, a contratação e a gestão de pessoal são áreas em que a burocracia pode se tornar um obstáculo, resultando em atrasos.

É diante dessa realidade que o Terceiro Setor ganha protagonismo: na sua complementação às ações do Estado e do setor privado, atuando em áreas e demandas que, muitas vezes, não são abrangidas pelos outros setores. Ele busca suprir lacunas e promover o desenvolvimento social, trabalhando em parceria com a comunidade e mobilizando recursos financeiros, humanos e

²² O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e, depois de ampla discussão, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em sua reunião de 21 de setembro de 1995. Em seguida foi submetido ao Presidente da República, que o aprovou na forma ora publicada. (Brasil, Presidente, 1995)

materiais. No entanto, é válido deixarmos evidente o contexto de contradição que isso se dá, assim como apresenta Mota e Fernandes (2017):

O Terceiro Setor se configura no decorrer das últimas décadas dentro de contextos sociais, econômicos e políticos complexos, estáveis, com mudanças aceleradas causadas pela globalização e grande desenvolvimento tecnológico e científico, porém, rodeado de muita pobreza e desigualdade social (p.3).

Esse cenário ainda oferece um novo painel no mercado de trabalho (embora tenha crescido dentro de um processo de desresponsabilização estatal e transferência de responsabilidade para essas novas entidades). Passa a ser um espaço destinado a profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, administradores, contadores, fisioterapeutas, educadores físicos, entre outros, profissionais que desempenham diferentes funções, como elaboração e execução de projetos sociais, captação de recursos, gestão financeira, mobilização comunitária, e demais atividades necessárias para o funcionamento e alcance dos objetivos das organizações. Em concordância, Costa (2005) disserta que:

Diante dos conceitos, características, desafios, diversidade e do processo de configuração do terceiro setor, no cenário brasileiro, não há como negarmos a importância da atuação de diferentes profissionais, na perspectiva da ação interdisciplinar, tendo em vista o caráter profissional e técnico que os serviços prestados por esse setor necessita assumir. Para tanto, há a necessidade do reordenamento administrativo e técnico dessas instituições, significando a construção de instrumentos e ferramentas de gestão adequadas às suas especificidades e singularidades. Nesse processo, profissionais de diferentes áreas podem contribuir significativamente e, dentre estes, o assistente social tem importante atuação, considerando a sua especificidade profissional (s/p).

Quando se fala do campo voltado ao assistente social, é visto que o profissional pode promover ações e intervenções sociais, buscando a transformação e a melhoria das condições de vida de determinados grupos ou comunidades em situação de vulnerabilidade social, podendo atuar em diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, direitos humanos, meio ambiente, cultura, entre outras, a depender da missão da organização em que estão inseridos. Todavia, segundo Mota e Fernandes (2015), embora o Terceiro Setor seja um espaço de trabalho contraditório para o assistente social, pelo teor filantrópico e de caridade das instituições, isso não desqualifica seu papel relevante na promoção do desenvolvimento social, na defesa de direitos, na implementação de políticas públicas e na melhoria das condições de vida da população. Costa (2005) explana que

No interior das instituições do terceiro setor a atuação do assistente social, sempre tendo como fim último o atendimento integral e de qualidade social, trabalhará no enfoque da garantia do direito de inclusão ao atendimento. Mas também, priorizará ações que caracterizam o alcance dos objetivos, metas e diretrizes preconizadas pelo planejamento estratégico institucional, para o qual deverá ter contribuição significativa (s/p).

O assistente social desempenha um papel fundamental, mesmo diante de um contexto incoerente, pois atua na formulação e implementação de políticas sociais, no desenvolvimento e execução de projetos sociais em parceria com essas organizações. Esse profissional também é responsável pela avaliação e monitoramento de programas desenvolvidos pelas organizações do Terceiro Setor, buscando identificar impactos, necessidades e possíveis ajustes. Além de cooperar na defesa dos direitos sociais, individuais e coletivos, mobilizando a sociedade e pressionando os poderes públicos para a implementação de políticas públicas mais efetivas.

Outros meios de contribuição são a capacitação dos profissionais, a realização de pesquisas e a produção de conhecimento na área social, que desempenham um papel necessário na mobilização da sociedade civil, na participação social e na defesa de políticas públicas que promovam a justiça social e a igualdade. É importante destacar que o Terceiro Setor depende, em grande parte, de recursos financeiros provenientes de doações, convênios com o poder público, parcerias com empresas e ações de arrecadação de recursos.

Essas organizações são regidas por leis e regulamentações específicas que estabelecem critérios e exigências para o seu funcionamento. São elas de registro legal como a Lei Nº 13.019, de 31 de julho 2014, que se estabelece como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que articula as parcerias entre a administração pública (primeiro setor) e as organizações da sociedade civil (terceiro setor), define as diretrizes para essa cooperação e introduz mudanças em outras leis como a Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, e a Lei nº 9.790/1999, que dispõe sobre as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

A Lei nº 13.019/2014, por seu turno, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Essas parcerias ocorrem por meio da execução de atividades ou projetos que visam alcançar finalidades de interesse público e recíproco. O objetivo é promover uma cooperação mútua entre o setor público e as organizações da sociedade civil.

A Lei define diretrizes para a política de fomento, colaboração e cooperação com as organizações da sociedade civil. Ela estabelece os procedimentos e critérios para a celebração de termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação entre as partes. Esses instrumentos definem os planos de trabalho e os compromissos assumidos tanto pela administração pública como pelas organizações da sociedade civil.

Como uma organização da sociedade civil, a Associação Pestalozzi de Maceió pode ser regida pelas leis e regulamentações mencionadas anteriormente, sendo assim, como OSC está inserida no contexto de Terceiro Setor. Veremos, no item a seguir, o contexto histórico dessa

associação e o campo de estágio, no qual iniciou-se as vivências que fomentou o debate e construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

4.2 Contexto histórico da instituição Pestalozzi em Maceió/AL

Por mais de quatro décadas, a Associação Pestalozzi de Maceió tem atuado em serviços voltados a pessoas com deficiência, seus familiares e comunidades, fato pelo qual se tornou referência em nível nacional, como veremos mais detalhamento adiante.

Quando fundada, a Pestalozzi tinha uma preocupação fundamentalmente pedagógica, tendo concentrado seus trabalhos em apenas uma sala de aula de pré-alfabéticos e alfabetização, localizada na Avenida Humberto Mendes, no bairro do Poço, funcionando com servidores cedidos pelo Estado. Seu desenvolvimento tomou novos rumos, a partir de 1995, quando sua presidência foi assumida pela psicóloga Tereza Nelma, que montou uma nova equipe, com uma visão filantrópica baseada na prestação de serviços de qualidade

Anos se passaram, mas a instituição continuou com seu propósito inicial de representar o Movimento Pestalozziano²³ perante os organismos nacionais e internacionais para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços e ações de defesa e garantia de direitos destinados às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e funcionais, pessoas com altas habilidades/superdotação e seus familiares, na perspectiva de sua plena inclusão social.

Entre as linhas de atuação, na atualidade a instituição desenvolve ações pautadas na Política Nacional da Pessoa com Deficiência, Lei nº 7.853/89; Política Nacional da Pessoa Idosa, Lei nº 8.842/94; Política Nacional de Saúde, Lei nº 8.080/90; Política Nacional de Assistência Social, Lei nº 8.742/93, as quais possibilitam continuamente o desenvolvimento de ações e projetos planejados e de qualidade, a fim de que a instituição não fique apenas na dependência da caridade ou dos favores políticos.

A Associação Pestalozzi de Maceió é uma organização composta por diversas unidades que oferecem serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social. A organização possui:

- a) 7 unidades voltadas para a saúde, que oferecem atendimentos especializados e serviços terapêuticos;

²³ A Federação Nacional das Associações Pestalozzi explica o movimento como o primeiro movimento organizado do Brasil na área da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e seus familiares. Atualmente conta com cerca de 180 organizações assessoradas entre Associações, Federações estaduais e instituições análogas, presentes em todas as 5 regiões do país.

- b) 1 unidade administrativa, responsável pela gestão e coordenação das atividades da associação;
- c) 2 unidades voltadas para a educação, que oferecem programas de educação especial e estimulação precoce;
- d) 2 unidades voltadas para a Assistência Social, que desenvolvem ações de suporte às famílias e defesa de direitos;
- e) 12 unidades de Serviços de Assistência Social, que atuam nos âmbitos da Proteção Social Básica, Média e Alta Complexidade, proporcionando assistência e apoio social a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- f) 1 unidade de Serviço de Órteses, Próteses e Meios de Locomoção, que oferece recursos e dispositivos para auxiliar na locomoção e autonomia das pessoas atendidas.

Vale salientar, também, sua função social. Segundo o estatuto da Pestalozzi, a instituição tem a finalidade de defender e garantir a dignidade e os direitos do ser humano, além da promoção de valores sociais, éticos e morais, tais como justiça, equidade, igualdade e liberdade das Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e suas famílias, atuando por meio das políticas setoriais, nas áreas de assistência social, educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer, entre outros, visando à sua inclusão, autonomia e melhoria na qualidade de vida, assim como confecção, adequação e fornecimento de órteses, próteses e outros meios de locomoção.

A Portaria de nº 793, de 24 de abril de 2012, instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Essa rede tem como objetivo garantir uma assistência integral e especializada às pessoas com deficiência, contemplando suas necessidades de saúde de forma abrangente. A criação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência visa oferecer um conjunto de serviços e ações integradas, que abrangem desde a prevenção e promoção da saúde até o tratamento, reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência. Essa rede é composta por diferentes unidades e serviços de saúde, que devem trabalhar em conjunto para atender às demandas específicas desse público.

Nesse âmbito, os centros de reabilitação são instalações de saúde especializadas que prestam serviços de reabilitação a pessoas que enfrentam condições ou lesões que afetam a sua função física, mental ou emocional. Esses centros têm como objetivo ajudar os pacientes a recuperar habilidades, melhorar a qualidade de vida e promover a reintegração na sociedade.

Um centro de reabilitação de nível 4, na maior parte das vezes, corresponderá a uma instalação de reabilitação que oferece o mais alto nível de cuidados e serviços para pessoas que necessitam de reabilitação intensiva e especializada. Esse nível de reabilitação é destinado a

pacientes com condições complexas, crônicas ou graves que requerem uma abordagem multidisciplinar e recursos avançados.

Os centros de reabilitação de nível 4 são projetados para atender as necessidades de pacientes com lesões traumáticas graves, doenças neurológicas ou condições médicas complexas. Eles oferecem uma ampla gama de serviços, incluindo fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, serviços médicos especializados, assistência psicológica e suporte social.

Esses centros contam com equipes de profissionais altamente qualificados e especializados, como médicos, terapeutas, enfermeiros e assistentes sociais, que trabalham em conjunto para fornecer um plano de tratamento individualizado e abrangente. O objetivo principal é ajudar os pacientes a recuperar a funcionalidade, independência e qualidade de vida da melhor forma possível.

Ressalte-se que, diante de inúmeras unidades da Pestalozzi, já existentes, esta rede assistencial vivenciou em 2014 um marco notório de reconhecimento, que foi a inauguração do Centro Especializado em Reabilitação – CER IV, a primeira entre as 200 unidades da Pestalozzi espalhadas pelo país a atingir o nível mais elevado – nível 4 – para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências intelectuais, visuais, auditivas e físicas, e foi nesse campo que tivemos a oportunidade de atuar na prática e articular a teoria com a prática, de tudo o que vimos ao longo da graduação. No próximo veremos mais sobre ele.

4.3 O estágio obrigatório curricular ofertado pela UFAL na Associação Pestalozzi de Maceió: Realidade e Desafios

O Centro Especializado em Reabilitação – CER IV funciona em conjunto com as outras instituições da Associação Pestalozzi. O primeiro atendimento acontece no Ambulatório de Média e Alta complexidade, onde o usuários passam pela recepção, cadastrando seus dados e informações pessoais, pelo clínico geral que o encaminha à instituição determinando qual rede de reabilitação o usuário irá se enquadrar- física ou intelectual, passando pela visual e auditiva e, caso necessário, o encaminhamento para outras redes de atendimento como a Oficina Ortopédica Física Tipo III. Cumpre destacar que o CER IV é o campo ofertado pela Ufal para o Estágio Curricular Obrigatório, este que foi dividido em duas etapas, Estágio I e II, correspondentes ao semestre letivo de 2018.1 e 2018.2, respectivamente.

Durante a primeira etapa, correspondente ao estágio I, foram feitos os primeiros contatos com a instituição, com a sua política, demandas, público alvo, entre outras particularidades da realidade institucional, além do conhecimento da sua infraestrutura e forma organizacional.

Também tivemos nosso primeiro contato com as Assistentes Sociais da Instituição, com a rotina laboral das mesmas, com os procedimentos da instituição, com os instrumentos técnico-operativos utilizados pelas Assistentes Sociais no cotidiano, assim como com as demandas da população atendidas na instituição. Nesse primeiro período, elencamos nossas inquietações, nossos estranhamentos e decidimos qual tema e assunto iríamos abordar para a construção do projeto de intervenção.

Por ser uma instituição do Terceiro Setor onde segue-se a lógica de produtividade de um empresa comum, porém sem fins lucrativos, e em prol dos interesses da comunidade, a burocracia e os procedimentos de controle quantitativo se fazem presentes. Na instituição há cerca de 20 instrumentos utilizados, e durante o Estágio I e II tivemos contato e nos aprofundamos no conhecimento de instrumentos do Serviço Social. São alguns deles:

- i) Entrevista Social;
- ii) Ficha de Encaminhamentos;
- iii) Parecer Social;
- iv) Relatório Social;
- v) Reunião;
- vi) Visita domiciliar;
- vii) Estudo socioeconômico do Grupo Novo despertar;
- viii) Rodas de conversas;
- viii) Reuniões;
- ix) Sala de Espera.

Por se tratar de uma organização que abrange diversos usuários, também é válido destacar a apropriação, por parte das estagiárias, de diversos instrumentos de controle e organização, tais como:

- Evolução;
- Entrevista;
- Busca ativa;
- Protocolo de correspondência;
- Boletim de Produção Individual;
- Registro de Demanda espontânea;
- Sistema de Gestão das Pestalozzi.

Esse último (Sistema de Gestão das Pestalozzi), tornou-se um instrumento riquíssimo para as assistentes sociais, no qual elas conseguem ter acesso ao Bio SUS²⁴ (cadastro das digitais dos usuários,) facilitando a identificação do mesmo de forma mais rápida e precisa, assim como outros portais de saúde e também de comunicação interna com os demais setores da instituição. Ao todo, o campo possui cerca de 20 instrumentos utilizados pelas Assistentes Sociais diariamente.

Como dito anteriormente, a partir das vivências no estágio conseguimos trazer a problemática da Instrumentalidade do Serviço Social para o campo de estudo sobre os instrumentos utilizados pelas Assistentes Sociais da instituição. Tal problemática foi detectada por nós a partir da observação e da vivência, de modo que passamos a comparar a realidade no estágio com a bagagem teórica da academia. Nesse sentido, identificamos a falta de domínio do conhecimento, por parte das estagiárias (no qual nos incluímos), das ações de suas competências no campo de estágio e da diversidade de instrumentos utilizados pelo Serviço Social, assim como as codificações referentes aos tipos de doenças e outras siglas que são utilizadas na Assistência Social e âmbito da Saúde. Diante disso, iniciamos o processo de pesquisa e estudo para resgatar alternativas em teóricos que fazem parte da nossa formação.

É importante ressaltar que, segundo Prêdes (2001), para desvendar as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais, é necessário considerar o contexto histórico, social e político em que a profissão se desenvolveu, e como visto nos capítulos I e II deste presente trabalho, o Serviço Social surgiu no início do século XX como uma resposta às demandas sociais e às mudanças ocorridas na sociedade capitalista industrial. Nesse período, a industrialização e a urbanização intensificaram as desigualdades sociais e as condições precárias de vida das classes trabalhadoras. O Estado, preocupado em manter a ordem social e evitar revoltas, passa a intervir nas questões sociais, criando políticas e programas de assistência social.

Ainda conforme Prêdes (2001), o instrumental técnico-operativo do Serviço Social foi desenvolvido como uma forma de intervenção profissional, pois “para a efetivação de sua ação, os profissionais acionam um instrumental técnico operativo que constitui um conjunto de instrumentos e técnicas diferente daquele utilizado na esfera da produção material, cuja base é a transformação de objetos materiais” (2001, p.2). Nessa “esfera de atividades” (Prêdes, 2001. p.2) o instrumental inclui métodos e técnicas específicas para o diagnóstico social, o planejamento e a execução de projetos sociais, bem como para o acompanhamento e a avaliação desses projetos.

²⁴ Trata-se de um sistema web que mantém os dados centralizados, com capacidade para compilar e disponibilizar as informações registradas. Tal sistema utiliza a biometria digital para confirmação e validação, em tempo real, do atendimento realizado na rede SUS.

Conforme com Prédes (2001)

Como o Serviço Social é uma profissão participante das variadas formas de intervenção social, voltadas para a regulação das relações sociais, logo, para o tratamento do instrumental técnico-operativo do Serviço Social é necessário delimitarmos as particularidades do instrumental nos processos de reprodução material e nos processos de reprodução ideológica dos homens.

Isto é, o instrumental técnico-operativo do Serviço Social não é neutro nem universal. Ele é permeado por determinações sociais e históricas que refletem as relações de poder presentes na sociedade. A profissão se constituiu em um contexto de relações de classe, gênero e raça, o que influencia a forma como o trabalho é realizado e as demandas sociais são abordadas e ao desvendar as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo, é necessário considerar a influência das teorias e dos pensadores que contribuíram para a construção do Serviço Social como profissão²⁵. Dentre essas influências, destacam-se o marxismo, o pensamento conservador e o pensamento liberal.

O marxismo influenciou o Serviço Social ao trazer uma análise crítica das estruturas sociais e das desigualdades presentes na sociedade capitalista. Essa perspectiva enfatiza a importância da luta de classes e da transformação social como objetivo da intervenção profissional. Por outro lado, o pensamento conservador enfatiza a importância da ordem social e da manutenção da estabilidade. Essa perspectiva pode levar a um trabalho mais voltado para o controle social e para a adaptação dos indivíduos às normas estabelecidas. Já o pensamento liberal destaca a importância dos direitos individuais e da liberdade de escolha. Essa perspectiva pode influenciar a abordagem mais focada no fortalecimento do indivíduo e na promoção da autonomia.

Diante dessas influências, a interlocução entre setores do Serviço Social e a tradição marxista foi a que realmente se aproximou e ofereceu elementos essenciais para a categoria profissional, no qual Silva (2009) ressalta como uma aproximação que explica a compreensão do significado social da profissão e da intervenção socioprofissional:

Seja para compreender o significado social da profissão na atualidade ao possibilitar clarificar criticamente o sentido, a funcionalidade e os limites do nosso exercício profissional. Seja para iluminar a nossa intervenção socioprofissional e dinamizar a elaboração teórica dos/das assistentes sociais. (PRÉDES, 2001, p.7)

Também vale destacar o instrumental técnico-operativo, que é influenciado pelas demandas sociais e pelos projetos profissionais. Prédes (2001) coloca que:

No processo de complexificação da sociedade capitalista, um novo campo se coloca no horizonte da ciência: o homem e suas relações sociais. Isto porque, o processo de consolidação do modo de produção capitalista, impulsionado pelo crescimento da

²⁵ Vide capítulo II: Educação, trabalho e formação profissional do Serviço Social: Da gênese à contemporaneidade, onde o assunto é abordado com mais riqueza de detalhes.

industrialização, é acompanhado pelo aumento da miséria e de várias manifestações que abalam a ordem social necessária à hegemonia burguesa (PRÉDES, 2001, p. 4).

Destarte, as demandas sociais são expressões das necessidades e dos conflitos presentes na sociedade e podem envolver questões como pobreza, desemprego, violência, saúde, entre outras. Os projetos profissionais referem-se às orientações e diretrizes que os assistentes sociais definem para sua atuação, de acordo com sua compreensão da realidade social e das necessidades da população. Assim, a articulação entre demandas sociais e projetos profissionais envolve uma análise crítica das determinações sociais e históricas presentes no instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Essa análise é fundamental para uma intervenção profissional comprometida com a transformação social e a promoção da justiça social.

Guerra (apud PRÉDES 2001, p. 5) discorre que nessa perspectiva do modo de produção capitalista de respostas imediatistas, a instrumentalidade limita-se a um a um padrão que valoriza apenas as ações racionais e técnicas, visando a alcançar resultados imediatos. Essa concepção transfere para a vida social a lógica instrumental e técnica predominante na revolução técnico-científica que ocorreu no processo de trabalho, reduzindo a dimensão substantiva da razão a apenas uma de suas facetas: a razão instrumental.

Sendo assim, a instrumentalidade acaba por ser entendida de forma estreita, focando principalmente a eficiência e o alcance de objetivos específicos por meio de técnicas e habilidades. Essa visão restringe o alcance do instrumental, negligenciando outras dimensões importantes, como os valores éticos, as relações sociais, as estruturas de poder e as necessidades mais amplas das pessoas e das comunidades.

A partir desta análise sócio-histórica, é possível considerar que o uso do instrumental está marcado tanto pelas configurações/alterações no movimento de 7 mudanças da base sócio-organizacional, quanto pelas respostas/projetos profissionais elaborados pela categoria (PRÉDES, 2001, p. 5).

Ao priorizar a razão instrumental, corre-se o risco de reduzir a intervenção profissional a uma abordagem tecnicista, desconsiderando as complexidades da realidade social e as múltiplas determinações que influenciam as demandas e os projetos profissionais. Essa abordagem pode limitar a capacidade de transformação social e de promoção da justiça.

Portanto, a visão restrita da instrumentalidade tornou-se um dos desafios tanto para os profissionais quanto para os estagiários, é fundamental superar essa visão através do reconhecimento da necessidade de uma abordagem mais ampla que incorpore uma perspectiva crítica, reflexiva e contextualizada. Isso implica considerar não apenas os aspectos técnicos, mas também os aspectos éticos, políticos e sociais que permeiam a prática do Serviço Social, possibilitando uma intervenção mais completa e efetiva.

A superação dessa visão foi trabalhada durante o período de estágio II, em que demos sequência aos acompanhamentos dos grupos, assim como as atividades desenvolvidas durante o primeiro período e qualificamos o projeto de intervenção, passando, em seguida, a sua execução. Tivemos, também, a possibilidade de participar de eventos, reuniões e visitas domiciliares a usuários, e elegemos junto a supervisão acadêmica e de campo, o nosso objeto de intervenção que teve como produto final um “Livreto para estagiárias(os): Desvendando a instrumentalidade do Serviço Social no Centro Especializado em Reabilitação-CER IV”.

Importa destacar que, durante esse processo, quando ainda não tínhamos apresentado o relatório do projeto de intervenção do estágio, sistematizamos a experiência em um trabalho que foi aprovado, pela comissão científica, para ser apresentado no XV Congresso Nacional das Associações Pestalozzi. O referido trabalho tinha como tema: “Desvelamento da Instrumentalidade do Assistente Social no Centro Especializado em Reabilitação – CER IV”. O mesmo também serviu como base para impulsionar o desenvolvimento de nosso trabalho interventivo, e o processo de pesquisa em vista ao trabalho de conclusão de curso.

Esses eventos ressaltaram a importância de integrar a instrumentalidade do Serviço Social ao campo das ideias, já que a teoria não deve ser vista como algo separado da prática profissional, mas sim como um guia para orientar a atuação. A instrumentalidade, quando combinada com um pensamento ético-político e uma base histórico-crítica metodológica, vai além de um mero controle quantitativo ou de respostas imediatistas. Ela se torna uma ferramenta para efetivamente promover mudanças na realidade social. Ao final do estágio apresentamos o resultado dos projetos de intervenção e, concluído o estágio, saímos da instituição mais preparados para enfrentar os desafios da profissão.

Vale frisar que, durante a graduação, estudamos os instrumentos com foco no pensamento crítico, e com a inserção no estágio tivemos um novo horizonte ao colocar em prática a teoria, utilizando a instrumentalidade do Serviço Social para dar respostas às expressões da questão social que apareciam no Centro Especializado em Reabilitação (CER IV). Nosso projeto de intervenção, portanto, foi a concretização disso, pois trazer para a instituição o ‘produto’ da nossa vivência na academia e no estágio possibilitou para outros estudantes, que virão depois de nós, o caminho em que a dicotomia entre teoria e prática será cada vez mais encurtada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve assentado na reflexão da instrumentalidade do estágio curricular na formação profissional do Serviço Social na contemporaneidade, com foco na realidade dos campos, bem como nos desafios postos ao estágio obrigatório, tomando como referência a prática do estágio desenvolvido na Instituição Pestalozzi em Maceió/Al.

Ao fazer uma retrospectiva do processo de estudo, vemos que, durante a graduação em Serviço Social, o ensino foi voltado ao pensamento crítico, ao conhecimento do indivíduo como ser que intenciona transformar da natureza e das relações sociais postas, investido na busca por respostas e alternativas ao no seio do paradigma vigente – o capitalismo.

Com esse feito, e munido de um arcabouço teórico-crítico-metodológico, o Serviço Social busca chegar ao cerne da problemática/demanda (como expressão da questão social) apresentada pelo usuário. Nesse sentido, evidenciamos esse tema tão importante com o estágio curricular como parte do processo formativo.

Importa frisar que, durante esse processo, apreendemos que os estágios formam componentes consideráveis para a formação profissional em qualquer profissão. Por sua vez, compreendemos que o processo de formação profissional, também em qualquer profissão, deve ser entendido como elemento a ser continuamente construído, além de estar em permanente construção.

Dessa forma, chegamos ao entendimento que pensar o estágio não significa apenas refletir sobre uma disciplina ou uma atividade específica, mas sobre o processo de formação profissional como um conjunto, que tem como um de seus momentos significativos a vivência em determinado espaço sócio-ocupacional, que possibilita a inserção estudantil no cotidiano da atuação profissional. Nele, o/a estagiário/a passa a conviver com a dinâmica e contraditória realidade social, que eclode um processo de ação e reflexão sobre esta. Nesse aspecto, consideramos o estágio como um processo didático-pedagógico que deve resgatar os conteúdos teóricos e práticos que permeiam os diversos componentes curriculares.

No que diz respeito ao Serviço Social, passamos a entender que há uma característica intrínseca à profissão e no seu exercício: seu caráter pertencente à realidade social, pois não há como pensar o Serviço Social distante da concretude e da dialética da vida. Além disso, os estágios potencializam o conhecimento empírico dos/as discentes acerca das contraditórias demandas e dos interesses da instituição e da população usuária dos serviços sociais.

Ao mesmo tempo, assimilamos que as relações antagônicas e conflituosas que podem surgir no ambiente profissional podem desafiar o estudante a lidar com situações complexas e a desenvolver habilidades de resolução de problemas, comunicação eficaz, trabalho em equipe e

negociação. Essas situações podem proporcionar um aprendizado valioso sobre as dinâmicas interpessoais e os desafios inerentes à prática profissional.

Por isso, neste presente trabalho, buscamos elucidar que o ensino e aprofundamento do Serviço Social sobre a dimensão técnico-operativa não levaria ao empobrecimento da profissão como uma ocupação antagônica ao capitalismo, e que conhecer as ferramentas das quais utilizamos no cotidiano não acarretará na automatização das respostas às demandas da sociedade, e sim possibilitará ao Assistente Social e aos estagiários a harmonia do tripé teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, além de possibilitar a geração de novos conhecimentos e experiências a partir dos caminhos que foram abertos até aqui, como a concretização do **Livreto para estagiários(os): Desvendando a instrumentalidade do Serviço Social no Centro Especializado em Reabilitação-CER IV**, que servirá como guia aos/as próximos/as estagiários/as que virão, pois pensar em formação é também pensar em quem virá depois.

BIBLIOGRAFIA

- ABESS. **Proposta Básica para o Projeto de formação profissional**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50, ano XVII, abr. 1996.
- ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>.
- ABEPSS. **Política Nacional de Estágio – PNE**, 2010.
- ABEPSS. **Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas**. Mimeo, 2014.
- ABEPSS; CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, de 8 de novembro de 1996)**. In: Cadernos ABEPSS, São Paulo: Cortez, n. 7, p. 58-76, 1997.
- ALCÂNTARA, Elton.; SILVA, Platini; FILHO, Antônio; REPETII, Gustavo; GUERRA, Yolanda. **Atribuições, competências, demandas e requisições**. In: Mesa temática coordenada: Fundamentos do trabalho do/a assistente social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil. ABEPSS: 2016. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>>.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BABUIK Graciele Alves; FACHINI, Flávia Granzotto. **Estágio supervisionado em serviço social: entraves e avanços para formação profissional**, 2015. Disponível em: <https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_269_2.pdf>.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BENEVIDES, Géis de Oliveira. **Trabalho profissional e gestão no serviço social: subsídios teóricos para compreensão da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social**, 2018. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23505>>.
- BISPO, Priscila. **Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social no Capitalismo Monopolista**. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, Maranhão.
- BRASIL, Presidência da República do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COSTA, S.F. **O Serviço Social e o Terceiro Setor. Serviço Social**. em Rev. 2005; 2. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm>.
- CFESS. **Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008**: que regulamenta a supervisão direta de estágio. Disponível em: <www.cfess.org.br>.
- DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica**. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5JGhKMMx6hHsvdvnDF7Y4c/?lang=pt>>.
- FENAPESTALOZZI DE MACEIÓ. Página inicial. Disponível em: <<https://fenapestalozzi.org.br/o-movimento/>>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

- FONSECA, Cleomar Campos da. **Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas**. Recife: O Autor, 2012.
- FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Na prática a teoria é outra?** In: _____. (Org.). **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. (Coletânea Nova de Serviço Social).
- FRANÇA, Gladis Magali. **A intervenção do assistente social diante dos impactos dos programas de transferência de renda na vida cotidiana das famílias em vulnerabilidade social**. Tese (Graduação em Serviço Social) – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. Caçador, 2019.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995
- GUERRA, Yolanda. **O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate**. 2002
- GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: *Serviço social & Sociedade*. Nº 91, ano XXVIII, Cortez, São Paulo, setembro de 2007.
- GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 104. São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade**. CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. 1ª Ed Ampliada. Brasília, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Villela Iamamoto; Raul de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1985.
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. – 2. ed.. São Paulo : Cortez, 2010.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez. 1989
- MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. **Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social**. *Revista Katálysis Florianópolis*, V. 19 N.3 P. 351-360, OUT/DEZ 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/4sCZdNQQRwY8kV4m8SrLFbs/?lang=pt&format=pdf>>.
- MENEZES, Débora Holanda Leite; BOTELHO, Marcos Paulo de Oliveira; ARRAIS, Fernanda Rodrigues; MOURA, Caroline Souza de Oliveira; ALMEIDA, Eduarda Garcez Almeida. **O estágio supervisionado na formação em Serviço Social: uma experiência desafiadora no período pandêmico**. In: *Revista Libertas, Juiz de Fora: UFJF*, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35262>>.
- MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2015.

- MOREIRA, Alice dos Santos. **A política de Assistência Social e suas condicionalidades para mulheres**. Tese (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2020.
- MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social**. Cortez Editora, São Paulo, n. 120, p. 694-705, 2014.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p
- NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social & Sociedade, Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989
- NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Karla Vianna. NEVES, Sueiny Larissa. **A prática do/da assistente social no terceiro setor como luta e resistência**, 2018. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23505>>.
- PEREIRA, Bresser. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/>>.
- PRÉDES, Rosa. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. Revista Temporalis nº04, Ano II, julho a dezembro de 2001. Disponível em: <<https://cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00eI373q8j6.pdf>>.
- PESTALOZZI DE MACEIÓ. Página inicial. Disponível em: <<https://pestalozzidemaceio.org.br/web/>>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.
- Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. – Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.
- ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **O estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais: trabalho precarizado ou processo didático-pedagógico?**/ Iana Vasconcelos Moreira Rosado, – Natal: O Autor, 2007.
- SARMENTO, H. B. M. **Instrumental técnico e o Serviço Social, é preciso continuar o debate!** Revista Conexão Geraes, Belo Horizonte, v. 1, p. 19 - 24, 07 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cressmg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>>.
- SILVA, M. O. S. (Org.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, M.I. **A organização política do Serviço Social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”**. In: Serviço Social e Realidade, UNESP, Franca. V. 16, n. 2. São Paulo, 2007, p. 283- 298.
- SILVA, Claudemir Osmar da. **Tradição Marxista e Serviço Social: interlocução e legado histórico**. 2019. In: III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23505>>.
- SOUZA FILHO, R. de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/raiane_e_juliana.pdf>.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009. p. 1 - 19.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. **O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade**. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina, out. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180648/Eixo_2_139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

_____. **Lei nº 8.662 de 1993**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm>.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.

_____. **Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2015**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>.

_____. **Lei nº 13.204 de 14 de Dezembro de 2015**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art2>.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social IN: CFESS/ ABEPSS**. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Portaria de nº 793, de 24 de abril de 2012**. Disponível em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html>.

_____. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade**. CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. 1ª Ed Ampliada. Brasília, 2012.